

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO**

PATRICIA VILANOVA BECKER

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NA COMUNIDADE: Perspectivas
etnográficas a partir das experiências da assessoria jurídica popular feminista**

Porto Alegre

2014

PATRICIA VILANOVA BECKER

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NA COMUNIDADE: Perspectivas
etnográficas a partir das experiências da assessoria jurídica popular feminista**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior

Co-orientadora: Profa. Dra. Claudia Lee Williams Fonseca

Porto Alegre

2014

PATRICIA VILANOVA BECKER

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NA COMUNIDADE: Perspectivas
etnográficas a partir das experiências da assessoria jurídica popular feminista**

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior

Co-orientadora: Profa. Dra. Cláudia Lee Williams Fonseca

BANCA EXAMINADORA:

Prof. José Alcebíades de Oliveira Júnior
Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Profa. Cláudia Lee Williams Fonseca
Co-orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Domingos Sávio Dresch da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Dedico este trabalho às mulheres que mais admiro: Angela Becker, que fez com que a fruta não caísse longe do pé, e à Noeli Becker, que sem dúvida faz o melhor pudim.

AGRADECIMENTOS

À Jaqueline Tittoni, por ter me acolhido do início ao fim, por surgir como um sol em sextas-feiras cinzentas, por me deslocar quando estou fixa e me fixar quando estou deslocada. À Cláudia Fonseca, por ser um dos seres humanos mais lindos de que se tem notícia, por me fazer emocionar só de pensar no que eu tenho a agradecer. A José Alcebíades, pela generosidade da acolhida. A Henrique Nardi, por me orientar nas dores e nas delícias dos estudos de gênero. A Domingos Dresch, por me fazer lembrar que é possível resistir. A Salo de Carvalho, pela brevidade revolucionária de sua passagem. À Ana Paula Motta Costa, pela dedicação docente inspiradora e por me devolver a inquietude criminológica. A Moisés Pinto Neto, por ter plantado as primeiras sementes .

Ao G8-Generalizando, entidade coletiva, cósmica, político-afetiva, porno-terrorista, anárquica e poliamorosa a quem devo tudo que fui, que sou e que me tornarei. A Vicente Jalowitzki, por ser meu *best*, mesmo longe, mesmo perto, mesmo *no matter what*. À Laura Damo, por me trazer *cup cakes* e por permanecer na minha vida. À Gabriela Antunes, pelo amor infinito. A Bernardo Amorim, Diego Drescher e Lucas Goulart, por serem meus machos-barbudos-feministas preferidos. À Lúcia Rudit, pela lucidez das suas reflexões. À Fabiane Simioni, pela força da sua trajetória. À Aline Arcanjo, pela sua doçura. À Leidiane Pias, pela lindeza do seu olhar. À Carla Alimena, por ser uma advogada de galochas coloridas. A Matheus Teixeira e Victória Baisch, pela seriedade no SAJU e malemolência no Xirú. À Renata Ghisleni, por ter começado essa loucura foucaultiana. A Ju Knach, por nos ceder Ju's place. A Nani, por ter dividido sua sombrinha *rainbow*. À Carina Macedo, de longe a melhor fotógrafa. À Melissa Jaeger, porque se for na casa da Mel vai ser bom. A Thael Peixoto, por ser um anarquista na faculdade de direito. A André Piffero, por me ensinar a tomar chimarrão. A Dan, por ter sempre as melhores camisetas. À Marina Paim, por inspirar paz. À Manoela Gomes, por ter um sorriso que enche a sala. À Rossana Schmidt, por todas as rô-pressões. A Daniel Caye, por nunca nos abandonar. À Maíra, por dividir Nina conosco. À Diana Viana e Marina Sulzbach, por serem tão jovens e tão corajosas. A Gabriel Ignácio, Elleonora Zalewski e Drean da Costa, por terem entrado na bolha com tanta alegria. A Gustavo Luchi, por sua abordagem coletiva e pelo show das poderosas. A Alexandre Porto e Livia de Souza, por me fazer rir litros. À Carol Schlatter, pela lindeza dos seus desenhos. À Luísa Stern, pelo seu compromisso militante. À Marianna Rodrigues, por manter viva a chama sajuana. A Daniela Gonsalves e Raíssa Nothafit, companheiras da teoria da branca de

neve. A todxs xs geoitans que conheci e a todxs xs novinhxs que ainda virão. Ao SAJU como um todo, meu amor mais antigo e mais constante.

À SOMOS – Saúde, Comunicação e Sexualidade. À Claudia Penalvo, por ser uma diva. A Sandro Ka, por ser um artista. À Pitanga, por ser ela mesma. A Diego, pelas tardes de riso. À Claudia de Quadros e Camila Barreto, por serem biscoas. A Bernardo Amorim, por ter encarado o desafio. A Caio Klein, por ser Candy. A Guilherme Gomes, por ser Gui. À Gabriel Galli, por ser Freeda. Ao Programa Jovens Mulheres Líderes para o Fortalecimento de Questões de Gênero e Juventude, especialmente à Leila Rebouças. Ao CAAR, por ter pego a estrada à esquerda (continuamente). A Leonardo Serrat, pela lindeza do seu caráter. A Márcio Cunha, Lucas do Nascimento, Daniela Gonsalves, Nathália Schneider, Rafael Vogelmann, Felipe de Lorenzi, companheirxs de Moto-Contínuo, de CAAR, de tragos, de SAJU, de vida.

Gracias también a Granada, donde conocí la gente más linda. A NOS – Asociación Andaluza LGTB, por llenar mi vida de colores. A Lucía Franca, por ser una putamaricotransbollera. A Yana Rojas y Angelo Codi, por la posibilidad eterna del reencuentro. A Giuseppe Rendina, per quello capodanno a Roma. A Alexandrina Benjamin y Daniela Ortega, por todas las noches en el Camborio. A todo que viví y a todo que aún voy a vivir en esa ciudad. Ringrazio anche a Livorno Centrale, per rimanere ferma allo stesso posto. A Giacomo, per le nostre migliori chiacchiere fino all'alba. A Moises ed Anna, per la fedeltà della loro amicizia.

Queria poder nominar todas as pessoas lindas que conheci nos últimos seis anos. *Tutti i compagni*. Mas é impossível. Agradeço a todos os sorrisos, noites compartilhadas, lágrimas, revoluções, ruas, praças, *calles y carreteras*. Agradeço a todos os ensinamentos para além dos muros acadêmicos que tive a possibilidade de ter. Obrigada a todxs que me mantiveram sonhando, que acreditaram e ainda acreditam nos meus sonhos, que me fizeram crer que era possível.

A Felipe Noguera, *per condividere con me i momenti più belli della vita*.

Por fim, agradeço à minha família trabalhadora, que me fez compreender desde muito cedo a potência da luta e dos sonhos para transformar o mundo e as nossas próprias vidas. A Nino e Noeli Becker, a quem devemos tudo. A meu pai, Carlos Becker, por ser um amigo fiel de todas as horas. A Angela Becker e Letícia Becker, por merecerem o canudo mais do que eu. Por compartilharem comigo os sonhos e o mundo. Por saberem que chegaremos lá. Por entenderem que o futuro é uma potência infinita de felicidade e amor.

RESUMO

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NA COMUNIDADE: Perspectivas etnográficas a partir das experiências da assessoria jurídica popular feminista

O presente trabalho trata-se de um esforço interdisciplinar que busca refletir a partir da minha trajetória enquanto assessora jurídica popular em uma comunidade de Porto Alegre durante os meses de julho a dezembro de 2014. Busco investigar as dinâmicas e desafios envolvendo a participação popular de mulheres nas políticas locais da comunidade, bem como suas relações com múltiplos agentes produtores de políticas públicas (governo, academia, ONG's), tomando como campos de pesquisa uma associação de moradoras e um clube de reciclagem geridos e frequentados por mulheres. Ao longo da pesquisa, tem-se como balizas teóricas a intersecção entre a Assessoria Jurídica Popular (AJUP) enquanto prática emancipatória surgida nas Faculdade de Direito do Brasil e, ao mesmo tempo, as perspectivas feministas e etnográfica como horizonte ético e metodológico. A pesquisa indica que os caminhos que levam à democracia são contraditórios e não lineares, de maneira que categorias politizadas se chocam com os padrões em uso. Nesse sentido, o feminismo altera atitudes e cria um novo programa político que, afetado pela lógica do Estado, é implementado por instituições, normas e práticas autorizadas em um contexto que não está “vazio de cultura, valor, linguagens específicas, normas, estruturas informais de relação, os quais, pela dinâmica intrínseca à vida social, opõem resistências variadas e tensões diversas às inovações” (SOARES et al, 1996).

PALAVRAS-CHAVE: participação, educação popular, antropologia, direitos sexuais e de gênero, políticas públicas

ABSTRACT

WOMEN'S POLITICAL PARTICIPATION IN THE COMMUNITY:

Ethnographic perspectives rooted in the activities of a feminist clinic of free legal aid

This study is the result of an interdisciplinary effort that stems from my experience as a popular legal assistant in a working-class community of Porto Alegre during the months of July to December 2014. I seek to investigate the dynamics and challenges involving the participation of women in local community policies and their interaction with the multiple agents producing public policies (government, university, NGOs). We take as our empirical universe the social networks revolving around a community association as well as a workshop for the recycling of garbage. Our analytic perspective is inspired, on the one hand, in the Popular Legal Clinic (AJUP) as a emancipatory practice located in the Faculty of Law of the Federal University of Rio Grande do Sul. On the other hand, we draw ethical and methodological inspiration from the feminist and ethnographic perspectives. Our research suggests that the paths that lead to democracy are contradictory and non-linear, as new, political practices and discourses clash with those already in use. In this sense, feminist interventions aim at changing attitudes and creating new political programs in a context that is not "empty of culture, value, specific languages, standards, informal structural relationships, which, by the dynamics intrinsic to social life, put into play different forms of resistances and strains of innovation" (Soares et al, 1996).

KEYWORDS: participation, popular education, anthropology, gender and sexual rights, public policy

LISTA DE ABREVIACÕES

AJG – Assistência Judiciária Gratuita

AJUP – Assessoria Jurídica Popular

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher

DF – Distrito Federal

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

NACI – Núcleo de Antropologia e Cidadania

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PLP – Promotora Legal Popular

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania

RENAJU – Rede Nacional de Assessorias Universitárias

SAJU – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Instituições que compuseram a pesquisa.....	13
1.1.1	Programa Jovens Mulheres Líderes para Fortalecimento de Questões de Gênero e Juventude.....	14
1.1.2	G8-Generalizando: direitos sexuais e de gênero.....	15
1.1.3	Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS.....	17
2	BALIZAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	20
2.1	Antropologia e Direitos Humanos.....	20
2.2	Feminismos e teoria queer.....	24
2.3	Paidéia e <i>Abajo al binarismo</i>	27
3	MULHERES DO MORRO DA CRUZ.....	34
3.1	A associação de moradoras e o clube de reciclagem.....	34
3.2	Repensando “a demanda”.....	37
3.3	Identificando/produzindo a demanda: a baixa participação.....	38
3.3.1	A primeira oficina: o protagonismo e a participação das mulheres do Morro da Cruz.....	40
3.3.2	Essa tal de Lei Maria da Penha: discussões sobre violência doméstica contra as mulheres.....	42
3.3.3	A oficina que não houve: mulheres e mercado de trabalho.....	48
3.3.4	Uma terceira oficina: “uma história de amor e luta” e “a história de Dona Jacy”.....	51
4	PERSPECTIVAS FINAIS	56
4.1	Sobre participação e políticas públicas	56
4.2	Participação política para além do público e do privado.....	60
4.3	Sobre assessoria jurídica popular: afetar-se e permitir-se afetar.....	62
5	BIBLIOGRAFIA.....	64

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em um estudo interdisciplinar nos campos da antropologia feminista, estudos de gênero, assessoria jurídica popular e educação popular utilizando o método etnográfico. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de julho a dezembro de 2014 com idas à comunidade de periodicidade semanais e quinzenais em diálogo com as mulheres que compõe a equipe diretiva da associação de moradoras¹ e com as mulheres que coordenam e frequentam um clube de reciclagem situado na mesma região. O trabalho busca conjugar as experiências trazidas pelo Grupo G8-Generalizando do SAJU UFRGS e pelo Programa Jovens Mulheres Líderes na execução de oficinas comunitárias com mulheres de um bairro popular.

A pergunta que se busca responder é quais são as dinâmicas e estratégias envolvendo a participação política de mulheres no contexto comunitário e como estas se relacionam com a execução de políticas públicas. Inicialmente, a pesquisa focava em investigar o chamado “controle social” da sociedade civil sobre o Poder Legislativo em matéria de políticas de gênero, objetivo que veio a ser modificado ao longo da pesquisa diante do que se identificou não ser “a demanda” da comunidade, já que o método investigativo adotado passa necessariamente pela intersecção entre etnografia e educação popular.

O capítulo inicial busca apresentar as instituições envolvidas na pesquisa, mostrando quais foram os meios possíveis para que se constituíssem minhas perspectivas acerca do campo. Descreve-se minha inserção no Programa Jovens Mulheres Líderes promovido pelas Nações Unidas e pela Presidência da República que visava ao desenvolvimento de um plano de trabalho com aplicação local visando ao empoderamento² de mulheres e ao meu próprio empoderamento enquanto jovem mulher. O capítulo fala, ainda, da minha trajetória acadêmica e militante profundamente marcada por minha participação no grupo G8-Generalizando desde

¹ Em uma perspectiva feminista, a linguagem é um campo em disputa com potencialidade de produzir opressões, invisibilizar e silenciar sujeitos. Nesse sentido, buscarei não adotar a linguagem do masculino universal (ginopia) identificada por Alda Facio (1992) em sua metodologia. Buscar-se-á, sempre que possível, neutralizar o gênero ou utilizá-lo respeitando as particularidades do campo descrito. No caso em tela, trata-se de associação comunitária gerida por mulheres e majoritariamente frequentada por estas. Logo, adotar-se-á a expressão “associação de moradoras”.

² O conceito de empoderamento vem sendo largamente utilizado por múltiplos agentes na linguagem política e acadêmica. No sentido aqui empregado, entende-se empoderamento como “o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir” (COSTA, A.). Para aprofundamento no tema, recomenda-se a leitura de “Conceituando ‘Empoderamento’ na Perspectiva Feminista” de Cecília M.B. Sardenberg (2006).

o início da graduação em Ciências Jurídicas e Sociais e sobre como o grupo contribuiu para a construção de um olhar investigativo interdisciplinar. Descreve-se, ainda, o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU UFRGS), programa de extensão de longa duração que contribuiu ativamente para mudanças de paradigmas no campo jurídico, dos direitos humanos e do acesso à justiça.

O segundo capítulo apresenta as balizas teóricas e metodológicas que orientaram as perspectivas adotadas e as escolhas feitas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A baliza intitulada “Antropologia e Direitos Humanos” introduz a perspectiva etnográfica e da antropologia que questiona a abordagem universalizante dos direitos humanos enquanto paradigma ético, pontuando questões como autonomia cultural, identidades e relativismo. A baliza intitulada “Feminismos e teoria *queer*” apresenta uma breve evolução das linhas feministas que, de alguma forma, se apresentam concomitantemente ao longo das análises, bem como a perspectiva da teoria *queer* que busca desconstruir papéis e identidades de gênero fixas e estáveis. A baliza intitulada “Paidéia e *abajo al binarismo*” traz a perspectiva teórica do G8-Generalizando enquanto projeto de extensão popular que produz novos saberes a partir de práticas político-afetivas e inspiradas no transfeminismo.

O terceiro capítulo traz uma abordagem etnográfica a partir das vivências na comunidade, buscando jogar luz às perspectivas das nossas interlocutoras a partir de suas visões de mundo. Descreve o campo da associação de moradoras e do clube de reciclagem enquanto espaço físico e de vivências, dando maior concretude ao campo no imaginário do leitor. O item “repensando ‘a demanda’” busca refletir sobre o conceito de demanda frequentemente trazido nas discussões da assessoria jurídica popular e também a partir do conceito de demanda trazido pela Psicologia e pela Assistência Social no que tange o acolhimento, abordagem que também encontra espaço nas práticas do G8-Generalizando e do SAJU UFRGS como um todo. Por fim, reflete-se sobre a perspectiva etnográfica que está disposta a reformular seus objetivos e suas hipóteses na interação com os sujeitos. Insere-se a discussão para introduzir as reflexões trazidas no item “Identificando/produzindo a demanda: a baixa participação”, indicando que o projeto sofreu uma modificação de abordagem ao deparar-se com aquilo que considerou ser “a demanda” da comunidade. A partir da experiência trazida no item “a primeira oficina: o protagonismo e a participação das mulheres do Morro da Cruz” conta-se como foi o processo de mobilização e metodologia empregados na realização da primeira atividade. A partir das falas das mulheres participantes e das

reflexões coletivas, emergem discussões acerca da violência doméstica, pensadas no item “essa tal de Lei Maria da Penha: discussões sobre violência doméstica contra as mulheres”. Descreve-se, ainda, como se deu o processo de não-realização de uma oficina, refletindo sobre as causas alegadas por algumas interlocutoras acerca das dificuldades de participação das mulheres no contexto comunitário. Já o item “uma terceira oficina: ‘uma história de amor e fúria’ e ‘a história de Dona Jacy’” explora a potência da história pessoal como instrumento de pesquisa ao trazer a narrativa da presidenta da associação de moradoras enquanto liderança comunitária.

O último capítulo, por fim, traz reflexões sobre o processo de interação entre os movimentos sociais e o governo na execução de políticas públicas assistenciais, refletindo ainda sobre a produção de novas políticas centradas no papel da mulher enquanto agente de transformação da vida comunitária. Como perspectivas conclusivas, traz-se, ainda, que as mulheres da comunidade adotam determinadas estratégias de participação e articulação que podem passar despercebidas quando se utiliza um paradigma tradicional de participação democrática em que as discussões se dão no “espaço público”. Relativiza-se a divisão “espaço público” e “espaço doméstico” na medida em que grupos de mulheres utilizam suas casas como locais de formação de grupos de artesanato para geração de renda e socialização comunitária. Por fim, faz-se uma breve reflexão acerca da potência transformadora da assessoria jurídica universitária na intersecção com a pesquisa acadêmica politicamente engajada.

1.1 Instituições que compuseram a pesquisa

Malinowski (1975), ao falar sobre o objetivo, o método e o alcance da pesquisa etnográfica, diz que é dever do etnógrafo, da mesma forma que o fazem outros pesquisadores nas ciências exatas, tornar conhecidas ao leitor todas as condições nas quais as observações foram feitas. Aponta as armadilhas das generalizações apressadas que não informam as experiências reais pelas quais o pesquisador chegou às suas conclusões. Nesse sentido, sinto que devo, primeiramente, apontar quais foram as condições sob as quais fui inserida no campo. Apresento, abaixo, os caminhos institucionais e políticos que me levaram à comunidade do Morro da Cruz situada na região do Partenon de Porto Alegre:

1.1.1 Programa Jovens Mulheres Líderes para o Fortalecimento de Questões de Gênero e Juventude

Em abril de 2014, através de um processo seletivo público que consistia no envio de carta de motivação, currículo e carta de recomendação, fui selecionada para o Programa Jovens Mulheres Líderes para o Fortalecimento de Questões de Gênero e Juventude, promovido pela ONU Mulheres (Brasil), Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Observando critérios de diversidade étnica, regional, orientação sexual e classe, o programa selecionou 15 jovens mulheres de diferentes partes do Brasil com idades entre 18 e 29 anos para participar de um programa de mentoria com duração de 09 meses.

De acordo com o termo de referência oficial, o projeto “visa promover o desenvolvimento das capacidades das mulheres jovens no Brasil, facilitando assim que sejam sujeitos no exercício dos seus direitos atuando em três eixos.” O programa visa ao empoderamento de jovens mulheres líderes, apostando no intercâmbio intergeracional entre estas e outras mulheres com posições já consolidadas nos âmbitos do poder legislativo, executivo, judiciário e terceiro setor. Ao longo do programa, cada jovem deveria desenvolver um Plano de Trabalho conjuntamente com uma mentora e intermediado por uma equipe mediadora. O programa visa, ainda, ao estabelecimento de redes e de uma comunidade de conhecimento que fortaleça a atuação das jovens mulheres.

Por meio deste projeto, contando com a mentoria de uma mulher atuante na ONG CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), desenvolvemos um plano de trabalho que tinha como norte o desenvolvimento de quatro oficinas em uma comunidade popular de Porto Alegre, tendo como público-alvo mulheres que sejam lideranças comunitárias. O desenvolvimento do Plano de Trabalho permitia ampla margem de escolha, de modo que a opção pela abordagem das oficinas em uma comunidade local foi motivada pela experiência junto ao grupo G8-Generalizando: Direitos Sexuais e de Gênero que integra o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU UFRGS) desenvolvendo oficinas populares influenciadas pela pedagogia de Paulo Freire.

Assim, com esta dupla identidade, fui inserida no campo por meio da facilitação de uma colega do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI UFRGS) que já desenvolvia sua pesquisa na comunidade. Além da proposta das oficinas sob a insígnia da ONU Mulheres, me apresentei como pesquisadora do mesmo núcleo de antropologia de minha colega, e também

como estudante de Direito atuante no SAJU UFRGS. As questões que se colocam para mim no duplo papel de pesquisadora-militante são de ordem ética e política. De um lado, busco assumir uma perspectiva etnográfica atenta a “tentativa de entender outros modos de vida usando a subjetividade do pesquisador e sua confrontação com o "diferente", como instrumento principal de conhecimento” (FONSECA, 2006:13) e, de outro lado, atingir os objetivos de um projeto político baseado no discurso dos direitos humanos em uma perspectiva de empoderamento das classes populares e, ao mesmo tempo, do meu próprio empoderamento enquanto “jovem mulher líder”.

Tais posições, aparentemente de difícil conciliação, foram intermediadas pela tradição da Assessoria Jurídica Popular (AJUP) que norteou a metodologia das oficinas. A chamada “educação popular” inspirada pela Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire possui uma dura crítica à postura doutrinária assumida por militantes em busca da “revolução a qualquer custo”, atentando para os perigos de práticas que não tomam em consideração as vivências, as demandas e as subjetividades do povo. Assim, os princípios de horizontalidade entre estudantes e comunidade e entre saber acadêmico e saber popular apresentou-se como uma possibilidade de diálogo entre meus anseios feministas de militância e, ao mesmo tempo, o respeito à autonomia dos agentes tão discutida na disciplina antropológica.

1.1.2 G8-Generalizando: Grupo de Direitos Sexuais e de Gênero

Antes de iniciar minha narrativa, é necessário apontar que o G8-Geneneralizando é um ente coletivo, político-afetivo, anárquico, feminista, poliamoroso a quem devo tudo que fui, que sou e que virei a me tornar. A inserção nesse grupo marcou profundamente minha trajetória política e acadêmica, influenciando minha maneira de ver a extensão, o ensino, a pesquisa e a própria função da Universidade em nosso contexto. Iniciei minha trajetória no projeto G8-Generalizando em 2009, quase que concomitantemente ao meu ingresso na Faculdade de Direito da UFRGS. O projeto passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, sendo impossível pensar minha formação profissional dissociada da minha experiência no projeto. Atualmente, o grupo é composto por cerca de 25 estudantes e profissionais do Direito, da Psicologia, das Artes Visuais, da Antropologia e do Serviço Social. Buscando conciliar minha prática no Programa da ONU Mulheres e meu trabalho no G8-Generalizando, apresentei ao grupo a proposta de realizar oficinas na comunidade do Morro da Cruz buscando envolvê-lo enquanto protagonista da ação em parceria com a ONG CFEMEA que

seria minha mentora no programa. Assim, as ações no Morro da Cruz tornaram-se uma espécie de articulação entre múltiplos atores, ganhando a assinatura de ao menos três instituições (ONU Mulheres, G8-Generalizando e ONG CFEMEA).

Os caminhos do G8-Generalizando iniciaram em 2006, no mesmo contexto em que se acirraram os debates em torno da criação da Lei Maria da Penha. Como um projeto integrante do SAJU UFRGS, nasce o grupo G8, que trazia tal nomenclatura em razão de ser o oitavo grupo a ser criado no interior do programa. Atualmente, o projeto "G8-Generalizando: Direitos Sexuais e de Gênero" desenvolve atendimentos interdisciplinares, ajuizamento de ações judiciais, estudos em gênero e sexualidade, atividades de educação popular em comunidades de Porto Alegre, intervenções no espaço acadêmico e articulações em rede junto a atores variados. O público-alvo do projeto é constituído por mulheres em situação de violência e pela população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) em situação de vulnerabilidade.

A partir de 2010, o grupo que até então atuava exclusivamente na assistência jurídica - aqui entendida como atendimento individual cuja demanda pode resultar ou não em litígio judicial - decidiu por ampliar sua atuação para realizar a chamada "assessoria", entendida pelo grupo como uma abordagem coletiva através de intervenções nas comunidades. Assim, o projeto inicial trazia a seguinte escrita:

Influenciado pela transição da violência doméstica de um problema privado para uma questão de interesse público, o Projeto visa ao fortalecimento dessa tendência, levando essa discussão para além dos muros do ambiente acadêmico. Conscientes da dificuldade enfrentada por quem sofre esse tipo de violência, ao buscar ajuda, o Projeto "Generalizando" procura quebrar este tabu e transgredir as barreiras de gênero, promovendo a discussão na comunidade, a partir de sua base, os jovens em formação, para que estes possam transformar a realidade em que vivem.³

Concomitantemente a essa ampliação metodológica, é nos anos de 2009 e 2010 que se consolida mais claramente a ampliação temática do grupo, expandindo o conceito de "gênero" para englobar não somente os direitos das mulheres mas também as problemáticas da homossexualidade. Também esta abordagem viria a ser expandida posteriormente, passando a englobar uma percepção mais complexa de sexualidades e população LGBT. Assim, ao longo dos anos, o G8 foi se reinventando, de maneira que em 2010 a nomenclatura "oficial" do grupo foi modificada, vindo a chamar-se "G8-Generalizando". A decisão foi bastante discutida e optou-se por tal nomenclatura por entender que ela mantinha o grupo conectado às

³ Projeto Generalizando. Registrado na Pro-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

suas origens que remetiam ao atendimento individualizado como oitavo grupo do SAJU UFRGS, abordagem esta da qual o grupo jamais prescindiu, bem como representava o nascimento de uma perspectiva mais ampla de trabalho e feminismo. Ao longo da pesquisa, utilizarei alguns referenciais teóricos que foram produzidos por integrantes do próprio grupo a partir de suas práticas, como as pesquisas desenvolvidas por Ghisleni (2010), TITTONI et al (2011) e Dias (2011).

1.1.3 Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS

“Não ando do lado da lei; a lei não foi ideia minha” (Nei Lisboa). A frase esta estampada na contracapa da Revista do SAJU do ano de 1992. No texto de apresentação “O que é SAJU” da mesma publicação, a mensagem que segue não deixa dúvidas quanto à linha ideológica da instituição:

O ordenamento jurídico, na verdade, embora se defina como neutro, serve a ideologia da classe dominante, e o profissional do direito, mesmo consciente e engajado na transformação desta sociedade, esbarra nos entraves do procedimento jurídico positivo. O ensino jurídico reproduz esse contexto, porém é possível buscar alternativas para escapar desta situação dada e pensar um “novo” direito. Acreditamos que um serviço de assistência jurídica (não mais judiciária) pode cumprir esse papel e investir nesse projeto.

Surgido nos anos 1950, a criação do SAJU UFRGS foi impulsionada pelos debates que circundavam a promulgação da Lei nº 1.060 de 1950, responsável pela garantia da Assistência Judiciária Gratuita (a famosa “AJG”). Os debates de universalização do acesso à justiça naquele contexto acabaram por influenciar na criação de um projeto novo e autônomo de assistência judiciária estudantil. Inicialmente, o projeto era uma iniciativa do Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR), entidade política representativa dos estudantes de Direito da UFRGS fundada em 1917 e que perdura até hoje.

Desde que o SAJU UFRGS iniciou seus trabalhos, muita coisa mudou de lá para cá. Em sua história, encontramos a resistência à Ditadura Militar ao ter suas portas fechadas em 1971, vindo a reabrir somente em meados de 1976, até a emancipação total do Centro Acadêmico, vindo a tornar-se independente em 1997. Também do ponto de vista metodológico e ideológico o SAJU UFRGS sofreu suas transformações: o que antes poderia ter iniciado somente como assistência gratuita na prestação judicial, ao longo dos anos converteu-se em militância para fora dos tribunais e dos muros da universidade. Estas mudanças nos marcos epistemológicos do projeto ganharam corpo ao longo da década de

1980, impulsionadas pelos movimentos de redemocratização e pela Constituição Federal de 1988. Desde 2001, o SAJU UFRGS possui um Estatuto que traça suas linhas principiológicas e define sua estrutura, ainda que estas também possam ser encontradas subsumidas nos arquivos históricos da instituição muito antes da criação do regimento.

Hoje o SAJU UFRGS intitula-se “assessoria” por entender ser este um conceito mais amplo que aquele de “assistência” – sua nomenclatura inicial. A assessoria englobaria não somente a prestação judicial, mas também diversas formas de atuação em educação jurídica popular e interdisciplinar. Ivan Furman (2004), no texto “Novas tendências universitárias em Direito”, traça as contradições das abordagens intituladas “assessoria” e “assistência”, pontuando que

A contradição entre os métodos é nítida. A ‘assistência jurídica’ pretende a igualdade mediante reformas, solução de litígios. (...) Já a assessoria parte da noção de revolução porque fundada na contestação do sistema social.

Ainda que tal divisão dicotômica possa ser, de alguma forma, encontrada nas práticas internas do próprio SAJU UFRGS, que ao longo dos anos manteve a abordagem da “assistência” por meio da intervenção judicial, fato é que a modificação da sigla da instituição insere-se no contexto da assessoria jurídica popular como movimento nacional, que veio a assumir contornos mais claros a partir da década de 80. Nesse sentido, destacamos a análise dos extensionistas do CAJU, projeto de assessoria jurídica do Ceará, no artigo “Assessoria Jurídica Popular: Experiência Cearense”:

A Assessoria Jurídica Popular vem sendo construída, sobretudo, na prática das entidades que advogam pela defesa e promoção dos direitos humanos e fundamentais dos novos sujeitos coletivos de Direito através dos projetos de extensão universitária. Por se tratar de um movimento jurídico recente, a bibliografia sobre o tema é ainda escassa, tornando-se valiosos os aportes teóricos das próprias entidades que desenvolvem a Assessoria Jurídica Popular (LOPES et al, 2009:96).

Desta forma, como não poderia ser diferente em uma prática que estimula o protagonismo dos agentes envolvidos, assumimos nós extensionistas papel ativo também na produção teórica que orienta nossas ações, extraído das trocas “universidade-comunidade” os subsídios de nossa produção bibliográfica - ainda que por vezes com pouco rigor metodológico, mas com intenso envolvimento no campo. Assim, ao longo dos seus 64 anos, o SAJU UFRGS protagonizou diversas transformações teóricas nas práticas jurídicas e disputou politicamente o campo ideológico dentro da academia. Teorias como Direito Alternativo,

Direito Achado na Rua, Pluralismo Jurídico e Positivismo de Combate deram o norte da atuação da instituição. Importante mencionar, ainda, que não estamos sós: ao longo das décadas o SAJU UFRGS presenciou e colaborou para a multiplicação de diversos outros projetos de assessoria jurídica popular ao redor do Brasil. Em 2001, também com a participação do SAJU, foi fundada a Rede Nacional de Assessorias Jurídicas Universitárias (RENAJU), que busca desenvolver um projeto de articulação nacional, disputando mais uma vez o espaço político das academias de direito e das práticas teórico-jurídicas para além-muros.

2. BALIZAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

2.1 Antropologia e Direitos Humanos

Em “Antropologia jurídica: reflexões sobre o ensino de antropologia nos cursos de graduação em direito”, Nalayme Mendonça Pinto (2013) fala sobre o desenvolvimento da matriz curricular dos cursos de direito no Brasil que passou por uma série de transformações nas últimas décadas com a intenção de adaptar-se às modificações da sociedade brasileira após a redemocratização e após o marco constitucional de 1988. A autora aponta a inclusão do conteúdo de Antropologia nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito através da Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004, como eixo fundamental de formação. Segundo a Resolução, em seu artigo 5º, a graduação em Direito deve contemplar no seu projeto pedagógico os seguintes eixos de formação:

I – Eixo de formação fundamental: tem por objetivo integrar o estudante no campo, estabelecendo as relações do Direito com outras áreas de saber, abrangendo, dentre outros, os estudos que envolvam conteúdos e essências sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

Segundo a autora, a formação dos bacharéis em Direito historicamente está ligada a uma abordagem positivista e dogmática, influenciada pela tradição portuguesa da Universidade de Coimbra que formou os primeiros bacharéis em Direito no período pré-independência. O modelo curricular veio se consolidando em bases predominantemente dogmáticas, sem atenção a outras áreas de saber ou a uma abordagem que se poderia dizer mais “humanista” das ciências jurídicas. Kant de Lima, no artigo “Por uma Antropologia do Direito no Brasil” (1983 e 2009) analisou a necessidade de aproximação entre o campo jurídico e antropológico, possibilitando que o direito exercitasse o “estranhamento” com o “outro”, compreendendo diferenças culturais dentro de nossa própria sociedade. Para Kant

A contribuição que se pode esperar da Antropologia para a pesquisa jurídica no Brasil será evidentemente vinculada a sua tradição de pesquisa. Desde logo há a advertir que o estranhamento do familiar é um processo doloroso e esquizofrênico a que certamente não estão habituadas as pessoas que se movem no terreno das certezas e dos valores absolutos. A própria tradição do saber jurídico no Brasil, dogmático, normativo, formal, codificado e apoiado numa concepção profundamente hierarquizada e elitista de sociedade refletida numa hierarquia rígida de valores auto demonstráveis aponta para o caráter extremamente etnocêntrico de sua produção, repartição e consumo. (KANT DE LIMA, 2009:13).

Um campo de estudos que tem sido altamente profícuo para a Antropologia Jurídica é

o campo dos direitos humanos, já que nele “se entrelazan de manera estrecha las historias disciplinares y los enfoques de la antropología y del derecho” (KROTZ, 2002:39). No que tange os direitos humanos das mulheres, muitos são os instrumentos jurídicos que amparam a criação de políticas públicas em matéria de gênero buscando garantir direitos. Podemos citar a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) – CEDAW; Convenção de Belém do Pará ou Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994); IV Conferência Mundial da Mulher – Beijin/China/ 1995; Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013-2015; e a própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, entre tantos outros tratados e diretrizes em matéria de direitos humanos. Ao deparar-se com esses instrumentos, as inquietações da antropologia no campo dos direitos humanos trazem uma reflexividade pouco comum na abordagem adotada pelas ciências jurídicas na mesma temática. Questiona-se a equação simples em que o discurso dos direitos humanos são colocados no campo do “bem” ao passo que aqueles que ignoram sua normatividade são postos no lado do “mal” como violadores ou incivilizados. As questões que se colocam são de difícil resposta: Como falar em direitos universais para a humanidade de uma perspectiva não-etnocêntrica e alinhada aos valores dominantes no cenário político e internacional? As tensões no campo antropológico vêm apresentando predominantemente dois vieses (SOARES, 2001):

1) os direitos humanos, para os antropólogos contemporâneos, são a expressão etnocêntrica das pretensões hegemônicas de formações culturais específicas, apoiadas em instituições, Estados e aparatos de poder; 2) constituem instrumento indispensável de luta política democrática e momento especialmente significativo do processo civilizatório.

Débora Diniz, no artigo ‘Antropologia e os limites dos direitos humanos: o dilema moral de Tashi’, conta-nos à história de Tashi, uma mulher de origem Olinka que voluntariamente quis submeter-se à cirurgia de circuncisão feminina como uma forma de marcar um rito de pertencimento ao seu povo. A personagem da ficção de Alice Walker - *Possessing the secret of joy* - baseia sua decisão no desejo de tornar-se uma verdadeira *olinka* como todas as outras, condição que lhe era negada pela ausência do seu rito de passagem. A trama de Tashi nos é apresentada para introduzir o conflito moral e os dilemas do relativismo cultural enfrentados pela antropologia. Segundo Diniz, o envolvimento afetivo estabelecido pelo trabalho de campo fez com que, tradicionalmente, a antropologia se distanciasse de qualquer forma de crítica moral da cultura observada. Nesse sentido, da mesma forma que as

mulheres que se submetem à circuncisão genital justificam sua escolha nas próprias crenças culturais, os antropólogos fazem um percurso semelhante de autojustificação por não reconhecerem outra instância de legitimação senão as próprias crenças. Estabeleceu-se, assim, uma dicotomia nas discussões envolvendo o relativismo cultural. De um lado, atores da antropologia e etnografia preocupados em ampliar os horizontes de possibilidades e, por outro, a filosofia preocupada em eleger universais éticos.

Nesse sentido, o “silêncio moral” da antropologia se justificaria de um lado pela aversão à tendência imperialista do discurso ocidental e, por outro lado, pela descrença naquilo que chama de “nova forma de imperialismo humanitário surgido no pós-guerra”: a cultura dos direitos humanos. Citado por Diniz, Putnam (1997) afirma que “não há esse metavocabulário capaz de julgar todos os vocabulários da humanidade”. Diniz retoma a forma com que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi recebida pela antropologia, provocando uma manifestação contundente da *American Anthropological Association*. Nesse sentido, para confrontar a potência do discurso de universalismo ético impregnado pela tradição imperialista e intolerante do ocidente, a antropologia adotou outro discurso tão impactante quanto, passando do relativismo cultural ao discurso da tolerância. A antropologia fixou seus esforços na diversidade e na compreensão do impossível, encontrando na tolerância o melhor argumento para a defesa da coexistência das diferenças.

Nessa perspectiva, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 traz um espírito humanitário que ganhou força ao longo das décadas com a assinatura de tratados e declarações entre os países de hegemonia política e social, sendo hoje uma referência obrigatória para quase todos os Estados-Nação. Ainda segundo a autora, o dilema trazido pela cultura dos direitos humanos consiste no necessário aniquilamento físico ou moral de pelo menos uma das partes conflitantes – ou por vezes ambas. Sob essa ótica, o ponto nodal do “relativismo cultural” não está na antropologia, em seus agentes ou em seus posicionamentos morais frente ao campo estudado, mas na maneira como a sociedade reage diante dos dados trazidos pelos estudos etnográficos. De certa forma, a antropologia resiste à tendência do pensamento humanista moderno de encobrir diferenças morais e propor projetos de ação com soluções filosóficas que ignoram a diferença. Nesse sentido, os conflitos enquanto valor social positivo é uma ideia relativamente nova, mas presente nas sociedades herdeiras dos valores iluministas e defensoras da democracia liberal, de modo que o surgimento da antropologia enquanto discurso de tolerância é parte deste processo histórico. Laura Nader (1999) também

toca em pontos sensíveis:

“deveríamos nos concentrar em direitos individuais em detrimento de direitos coletivos? Deveríamos tratar de direitos coletivos em detrimento dos direitos individuais? Além disso, o equilíbrio entre a soberania nacional e os direitos humanos internacionais apresentam mais problemas, e finalmente a questão dos direitos humanos como parte de um movimento hegemônico ocidental e predominantemente americano e uma questão cada vez mais debatida (Rentln, 1990). Na verdade, a comissão de Direitos Humanos e a ONU como um todo eram compostas predominantemente de ocidentais. E realmente, o movimento para a criação de um novo aparato internacional para a promoção de direitos humanos era comandado em grande parte por americanos. (NADER, 1999:64)

Debora Diniz no artigo “Valores universais e direitos culturais” fala-nos que a ideia de valores universais convertidos em direitos humanos tem a força de ocupar o espaço de uma suposta natureza do humano. Quando se fala em direitos fundamentais do ser humano ou de minorias específicas se esta trabalhando com a ideia de que existe uma parcela inalienável no humano e, conseqüentemente, nos grupos culturais. Segundo Diniz, tal conceito contraditório traz em si mesmo sua força e sua fraqueza, uma vez que “não há nada de inalienável no humano senão a própria crença humana de que temos algo inalienável e, quem sabe, sagrado a ponto de ser protegido” (DINIZ, 2001:58). A autora pontua o caráter contingente da categoria ‘direitos humanos’ como histórica, social e culturalmente localizada. Assim, os direitos fundamentais constituem uma cultura enquanto sistema de valores morais, estrutura e organização social, de modo que a inalienabilidade constitui-se em definir quais destes valores dentro desta cultura serão tomados como indispensáveis. Nesse sentido,

A antropologia e, mais particularmente, os estudos etnográficos estão dentre as disciplinas que mais vão pensar e refletir sobre a diversidade humana, propondo a dignidade de culturas e comportamentos distantes dos nossos. O conceito de alteridade e seu correlato incômodo, o etnocentrismo, vem sendo duas ferramentas-chave da antropologia. (Idem, p. 58)

A contribuição da Antropologia Jurídica para o Direito também se dá em termos metodológicos, de modo que nas últimas décadas pesquisas no campo jurídico que trazem perspectivas antropológicas têm permitido novos olhares sobre as práticas, os saberes e as lógicas do campo jurídico (PINTO, 2013:316). Segundo Kant de Lima,

A tradição antropológica prima por incorporar aspectos do seu objeto de estudo as suas reflexões teóricas. Tal tarefa se realiza no plano prático pela utilização do método etnográfico cujo ponto central é a descrição e interpretação dos fenômenos observados com a indispensável explicação tanto das categorias nativas como aquelas do saber antropológico usadas pelo pesquisador. (KANT DE LIMA, 2009:12)

Nesse sentido, as pesquisas produzidas no campo jurídico costumam ficar restritas à revisão bibliográfica onde são privilegiados determinados pontos de vista “doutrinários”. A “doutrina”, aliás, constitui uma expressão típica dos operadores do direito, uma maneira de referir-se aos teóricos das ciências jurídicas e às suas teses sobre determinadas perspectivas jurídicas. Para Mendonça Pinto,

Por outro lado, os procedimentos de estudo e pesquisa no campo jurídico se constituem na busca por doutrinas e interpretações de leis. (...) Assim, grande parte do que se chama pesquisa jurídica é a reprodução de “verdades” constituídas no campo e de caráter demasiado abstrato. Verifica-se verdadeira distância entre o que dizem os livros e as atividades da vida forense. (PINTO, 2013:316)]

Assim, a perspectiva etnográfica vem trazer ao Direito o contato com os sujeitos que é tão esquecido nas metodologias de pesquisa recorrentes neste campo. Os atores sociais e suas narrativas são privilegiados, em detrimento da abordagem que focaliza exclusivamente a letra da lei e sua interpretação pelos tribunais. Mais do que explorar o conteúdo positivo da norma, a perspectiva etnográfica está interessada nos usos que são feitos destes dispositivos pelos agentes que, muitas vezes, podem ser significativamente distintos dos usos esperados pelo legislador.

O método etnográfico pode ser descrito como a conjugação do “olhar-ouvir-escrever” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), como forma de analisar modos de vida (micros ou macros) “usando a subjetividade do autor e sua confrontação com o ‘diferente’ como instrumento principal de conhecimento” (FONSECA, 2006). Sem ignorar a importância da análise de instrumentos jurídicos e, ao contrário, extraindo deles um norte investigativo, a pesquisa propõe um olhar à experiência cotidiana de mulheres e agentes envolvidos na implementação de políticas públicas para além dos textos normativos. Segundo Das Veena e Deborah Poole (2008), essa opção pela experiência dos sujeitos permite adentrar nos domínios do social que não são de fácil acesso se seguem os protocolos formais comuns a outras disciplinas, assim oferecendo uma perspectiva única dos tipos de práticas que (des)fazem o Estado em suas margens territoriais e conceituais.

2.2 Feminismos e teoria *queer*

Não há na atualidade um pensamento único do feminismo, de modo que podemos pensar em uma grande pluralidade de concepções teóricas. Todavia, costuma-se organizar a história do pensamento feminista em “ondas”, como uma maneira de análise genealógica dos discursos. Entretanto, essa classificação não significa que uma “onda” superou a outra no

decorrer da história em um processo hierarquizador, havendo, portanto, uma coexistência destes discursos na atualidade.

Na chamada *primeira onda do feminismo*, o enfoque estava centrado na autonomia, na igualdade e na liberdade das mulheres, em uma linha ideológica próxima do liberalismo. Nesta geração, ganha destaque o sufrágio universal, as demandas trabalhistas e o acesso à educação, destacando-se a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Segundo Narvaz e Koller,

A primeira geração (ou primeira onda do feminismo) representa o surgimento do movimento feminista, que nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens (NARVAZ et al, 2006:649).

As décadas de 60 e 70 são identificadas com a *segunda onda do feminismo* “relacionado com a *diferença* dando ênfase à disparidade de poder entre os sexos e à dominação sofrida pelas mulheres” (ALIMENA, 2010:20). Nessa fase, o gênero é visto como categoria divisora e o feminismo é compreendido como intrinsecamente ligado ao sujeito “mulher”. Ser sujeito do feminismo tinha sua definição determinada pelo sexo, então tomado como elemento biológico. Nessa perspectiva, a afirmação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher, mas torna-se” é emblemática da compreensão do gênero enquanto dimensão cultural que age sobre uma base natural, o sexo.

Bastante identificada com o pensamento marxista, a segunda onda compreendeu o sexismo como “um produto secundário do implacável apetite de benefícios do capitalismo” (RUBIN, 1986:95), de modo que a luta feminista era inserida como parte da luta socialista. Nesse sentido, os conceitos de patriarcado, divisão sexual do trabalho e casamento como manutenção da propriedade foram fartamente explorados. Com estas influências, o movimento feminista da segunda onda encontra-se relacionado à concepção de luta de classes e à afirmação de um sujeito do feminismo universalizado na figura da mulher. Segundo Haraway (2004), o pensamento preponderante refletido na obra de Íris Young (1981) afirmava que se o capitalismo e o patriarcado são um sistema único, chamado patriarcado capitalista, então a luta contra a opressão de classe e de gênero deve ser unificada.

Na chamada *terceira onda do feminismo*, esse sujeito universalizado do feminismo passou a ser questionado “entre as lésbicas, mulheres de cor e feministas do Terceiro Mundo residindo nos Estados Unidos e que articulava uma reposta à miopia geral do feminismo

branco dominante” (COSTA, 2002:80). Surgem autoras com Glória Anzaldúa trazendo outras intersecções para serem pensadas no sujeito mulher, para além da simples opressão de gênero, tomada até então sob uma perspectiva branca e heterossexual. Desse modo, emerge uma “crítica radical do sujeito unitário do feminismo, colonial, branco, derivado da classe média-alta e dessexualizado” (PRECIADO, 2011:11). Em sua *Carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, Anzaldúa (2000:229) alerta: “Minhas queridas hermanas, os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum”. Assim, fatores como raça, etnia, classe, orientação sexual, idade, religião, nacionalidade são trazidos ao debate feminista com força. Com diversos questionamentos acerca das diferenças existentes dentro do conceito “mulher”, emerge o movimento que alguns autores identificam como pós-colonial, caracterizando a terceira onda do feminismo.

Os estudos *queer*, por sua vez, emergiram no final da década de 80 nos Estados Unidos, trazendo uma crítica aos discursos assimilacionistas dos movimentos sociais que tomavam os homossexuais como “minorias” que precisavam/mereciam ser “incluídas” no corpo social. Surge questionando as categorias identitárias até então utilizadas como estratégias na busca por visibilidade e aceitação, nas quais os sujeitos *gays* e lésbicas representavam bandeiras de luta. No mesmo sentido, trouxe o questionamento da própria categoria “mulher” sobre a qual o feminismo encontrava-se ancorado – ainda que divergindo sobre a perspectiva essencialista e construcionista. Assim, a teoria *queer* vem questionar diversas estruturas até então fundantes do sujeito ocidental, conforme nos informa Guacira Lopes Louro (2001:547):

Efetivamente, a teoria queer pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação.

Influenciada pelas problematizações de Foucault e Derrida sobre a sexualidade⁴, a teoria *queer* traz à baila a questão sobre como se 'produzem as normas que produzem o gênero', questionando o binarismo homem/mulher, hetero/homo, feminino/masculino, pênis/vagina que até então norteava os estudos feministas e as discussões sobre sexualidade. Essa lógica binária, paradoxalmente, estava incorporada nos discursos do movimento *gay* norte-americano, e reproduzia um engendramento que era também produtor de sua própria

⁴ “De forma geral, as duas obras filosóficas que forneceram suas bases foram *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (1976) e *Gramatologia* (1967), ambas publicadas em inglês na segunda metade da década de 1970.” MISKOLCI, Richard. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 152.

normatização. Conforme Beatriz Preciado,

Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: (PRECIADO, 2011:16)

O termo *queer* designa no inglês um xingamento, equivalente ao que no português poderíamos chamar de *veado*, *maricas*, *bicha*, *sapatona*, *machorra*, *caminhoneira*, *puto*, entre outros. Segundo Preciado (2010:47),

ao final dos anos 80, e como reação às políticas de identidade gays e lésbicas americanas, um conjunto de microgrupos vão se reapropriar desta injúria para se opor justamente às políticas de integração e de assimilação do movimento gay.

Assim, o termo surge designando sujeitos que não estão perfeitamente normatizados, seja a partir da heteronormatividade, seja a partir de sua via oposta, a homonormatividade. Tais sujeitos refletem a “desconformidade” do sexo-gênero-sexualidade, cuja coerência revela-se prerrogativa para tornar-se um “ser humano verdadeiro”, passível de legitimidade social. A teoria *queer* é situada por alguns autores como um movimento “pós-feminista”, na medida que traz inúmeros questionamentos sobre conceitos fundamentais de seus debates. Ao questionar a própria compreensão binária de gênero centrada no homem/mulher, traz um tensionamento inevitável no movimento feminista até então constituído. Segundo Preciado (2011:11),

As multidões queer não são pós-feministas porque queiram ou desejem agir sem o feminismo. Pelo contrário. São o resultado de uma confrontação reflexiva do feminismo com as diferenças que este apagava para favorecer um sujeito político “mulher” hegemônico e heterocentrado.

Nesse âmbito, a obra de Judith Butler representa um marco na teoria *queer* e no questionamento da estrutura sexo-gênero-sexualidade como até então estava colocada (BUTLER, 1990). Com o conceito de *performatividade*, questiona o sexo enquanto base natural, situando-o como produto dos discursos que se inscrevem sobre os corpos. Butler traz a perspectiva de que a categoria “sexo” é um ideal regulatório que produz os corpos que governa, e não um dado da natureza anterior ao próprio discurso.

2.2 Paidéia e *abajo al binarismo*

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (Paulo Freire)

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária (2000/2001), as universidades públicas brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país, estando distribuídas em todo o território nacional e sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaços privilegiados para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais cidadãos. Nesse sentido, a extensão universitária é considerada um “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”. A extensão é um canal de diálogo de mão-dupla, oferecendo à comunidade acadêmica a possibilidade de interação com a sociedade, “a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico”. Ainda segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária, esta constitui um importante espaço onde práxis e teoria se encontram e se coproduzem, sendo ainda um campo de experimentação interdisciplinar que favorece a visão integral do social. O conceito de extensão universitária ao longo da história das universidades brasileiras passou por diversas modificações teóricas e metodológicas. Segundo Rossana Serrano,

Da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma resignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que esta inserida (SERRANO, 2010, [n.p.]).

A base da extensão universitária de vertente popular, inspirada pela pedagogia freiriana, centra-se na troca de conhecimentos universidade-comunidade e no profundo respeito aos saberes populares, considerando-os capazes de modificar e interagir com o conhecimento produzido pela universidade. A extensão universitária popular utiliza um conhecimento acadêmico “que não se basta em si mesmo, pois está alicerçada numa troca de saberes, popular e acadêmico, e que produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade.” (SERRANO, 2010, [n.p.])

Vladimir Carvalho de Luz, em seu artigo intitulado “O SAJU e sua Paidéia: a

experiência sajuana na formação de novos paradigmas para o ensino jurídico” narra a experiência do Serviço de Apoio Jurídico Popular – SAJU, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) como uma experiência pedagógica que confronta o ensino jurídico tradicional e cria novas possibilidades de aprendizagem. A experiência do SAJU UFRGS e do SAJU UFBA possuem paralelos interessantes na medida em que ambos foram criados na década de 50 e 60, respectivamente, e que o segundo, de acordo com registros históricos, teve sua criação influenciada pela experiência do primeiro. Ambos tiveram seu surgimento ligado à ocupação de espaços ociosos da faculdade e possuem gestão estudantil.

Para Luz, a prática sajuana rompe com a lógica que denomina “behaviorista” do ensino jurídico tradicional baseada em controle, castigo e recompensa, em que “a relação de aprendizagem é mediada pela manipulação direta dos elementos castigo e controle” (LUZ, 1999: 173). A lógica avaliativa, punitiva e meritocrática do ensino tradicional é desafiada por novas práticas produzidas pela AJUP denominadas por Luz como “Paidéia”. Ao contrário da AJUP, o ensino jurídico tradicional “não abre espaço para o lúdico, gerando a imagem de estaticidade do direito em contraposição a uma dimensão criativa dos sujeitos” (Idem, p. 175). Outra característica deste ensino tradicional seria a total separação do tripé ensino-pesquisa-extensão, com uma tendência à redução do centro universitário ao âmbito do ensino.

Luz aponta, ainda, que na abordagem do ensino jurídico tradicional a extensão universitária assume o caráter de “prestação de serviço”, na maioria das vezes realizadas por “escritórios modelo” que seguem lógicas avaliativas vinculados a disciplinas de prática jurídica. Esse modelo, ainda que possa gerar efeitos positivos em outros âmbitos, é caracterizado pela assimetria entre agentes prestadores do serviço (docentes e estudantes) e pessoas usuárias, reproduzindo uma lógica assistencial utilitarista em que o vínculo estudante-comunidade se encerra quando do término da disciplina. Segundo Luz,

Deste fato surgem várias consequências: primeiro, a realização de um serviço cuja força motriz não é fundamentalmente a relação ética, humana e solidária, mas sim a complementação curricular tão-somente; segundo, porque o serviço assim realizado não qualifica e capacita o consumidor em se autodeterminar diante do caso por ele trazido, uma vez que a disciplina impõe, como tarefa a ser avaliada, a realização de expedientes sem a devida interlocução do estudante com a parte. (Ibdem, p. 179)

Utilizando o conceito de “Paidéia” inspirado na obra de Jeager Werger⁵, Luz refere-se a um “complexo de atitudes, pensamentos, ideias, intenções historicamente formuladas pelo

⁵ JEAGER, Werger. Paidéia - A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 3º ed., 1998.

coletivo SAJU” (Ibdem, p; 180). Aponta que se a prática do ensino jurídico tradicional baseia-se em uma lógica de recompensa e castigo, a prática sajuana baseia-se no binômio prazer-alteridade como elemento catalisador da aprendizagem. Nesse sentido, a valorização do prazer como elemento fundante do trabalho aparece explicitamente até mesmo no planejamento estratégico anual da instituição SAJU UFBA. Nesse sentido, consideramos que a avaliação de Luz encontra amparo também nas práticas do SAJU UFRGS, ao que me detenho especificamente nas práticas do grupo G8-Generalizando no que tange a valorização da afetividade como estratégia metodológica. O elemento lúdico é utilizado como dispositivo de trocas de conhecimento e de aproximação entre agentes, de modo que é “justamente o lúdico desta comunidade produtora de conhecimentos e a busca solidária e criativa de objetivos que encerra o conceito de prazer mencionado” (Ibdem, p. 182). A noção de alteridade perpassa o prazer que, apesar de não negar sua dimensão individual, é fundamentalmente construído e partilhado coletivamente. Assim, a Paidéia sajuana preconiza a produção de conhecimento de forma solidária, onde os indivíduos (estudantes, profissionais e comunidade) são sujeitos ativos no processo pedagógico a partir das trocas e dos encontros com “o/a outro/a”. Rompe-se, portanto, com a verticalização dos processos pedagógicos do ensino jurídico tradicional, marcado por lugares fixos de saber e autoridade. O prazer passa a ser o elo fundante do processo pedagógico, contrariando a lógica e punição e recompensa, uma “ética pedagógica da alteridade, onde se aprende com o outro e não necessariamente para o outro” (Ibdem, p. 189).

Lúcia Rudit Dias realizou pesquisa no grupo G8-Generalizando nos anos de 2010 e 2011 refletindo sobre os processos éticos entre estudantes e profissionais no interior do grupo, tomando como ponto de partida o conceito foucaultiano de “estética da amizade”. Dias relata os processos grupais marcados pelo afeto, onde o afetar e permitir-se afetar é uma marca diferencial da coletividade que se constitui. Entre práticas e discussões teóricas, há espaço para “abraços e chocolates”. Os processos do grupo G8-Generalizando acabam por produzir outras lógicas em que a afetividade compõem elementos ditos e não-ditos que influenciam diretamente no trabalho realizado junto à comunidade, de modo que

Trata-se de pensar nos modos como as práticas profissionais, assentadas em uma tecnologia científica e acadêmica, podem ser provocadas pelas discontinuidades da vida e do tempo. Estas discontinuidades permitem pensar as práticas profissionais, também, nas suas possibilidades afetivas e emocionais, provocando as racionalidades que sustentam o trabalho e o conhecimento científico. (TITTONI et al, 2011)

Para compor o escopo teórico de suas ações, o grupo foi bebendo de várias fontes. Esse fluxo de teorias foi inicialmente marcado pela forte influência que a psicologia social exerceu sobre o grupo desde 2007, quando uma parceria foi estabelecida com o Instituto de Psicologia da UFRGS visando à inserção de pesquisadoras da psicologia no grupo. Dentre os referenciais trazidos, Michel Foucault foi um dos autores mais marcantes nesse processo. Verdade seja dita, não tanto pela leitura coletiva de seus textos, mas pelos “usos que se fizeram de Foucault” através da oralidade e da contribuição trazida no discurso das pessoas da psicologia. A linguagem da interdisciplinaridade também ganhou espaço e deu ao grupo uma abordagem “híbrida”, bem como trouxe tensões frequentes acerca das fronteiras entre as áreas de saber. Integrantes da graduação também circularam por outros espaços, cursando disciplinas extracurriculares na área de gênero e vindo a incorporar núcleos de pesquisa na área, de modo que essas trajetórias individuais propiciaram uma oxigenação na linguagem e nas práticas do grupo. Assim, transitamos por Gayle Rubin, Donna Haraway, Joan Scott, Judith Butler, Beatriz Preciado, entre uma série de referenciais. Desta forma, através da descoberta pouco ordenada de novos conceitos, “o feminismo” foi tornando-se cada vez mais complexo e ganhando pluralidade. Assim, as práticas do grupo foram confrontadas com novas questões éticas e metodológicas.

Importante considerar, ainda, que a assessoria jurídica popular está mais próxima, em suas origens históricas e influências, das correntes marxistas que do pós-estruturalismo, base epistemológica na qual a teoria *queer* encontra-se implicada. A teoria *queer* nasce como vertente dos Estudos Culturais que, segundo Miskolci (2009), surgem como oposição crítica às versões economicistas do marxismo que deixavam “de responder às demandas de grupos sociais de sua época, inicialmente operários, aos quais se somaram os imigrantes, negros, mulheres e homossexuais”. Além disso, desafia o sujeito do estruturalismo, colocando em xeque “a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares”

A aparente incompatibilidade entre a teoria *queer* e as linhas marxistas já foi objeto de diversas discussões nos espaços da Rede Nacional de Assessorias Jurídicas Universitárias (RENAJU). Contudo, a assessoria jurídica popular segue mostrando-se um campo fértil para a interdisciplinaridade e para o estabelecimento de bases epistemológicas mais híbridas e flexíveis. Conforme destacaram os extensionistas do NAJUP/RS e NEPE/UFSC, em artigo produzido conjuntamente, “crê-se que a prática em assessoria jurídica universitária popular

exsurge como um lócus privilegiado de comunicação interdisciplinar entre diferentes saberes acadêmicos e entre estes e o saber popular” (CUNHA et al, 2009), por se propor a englobar múltiplos sujeitos vindos de diferentes campos acadêmicos e não-acadêmicos na busca por um modelo legal inovador com vistas a horizontalidade de saberes.

Merece destaque, ainda, o fato de que no cenário brasileiro das assessorias jurídicas universitárias não temos notícias de outro projeto que trabalhe no mesmo enfoque⁶ do G8-Generalizando, o que faz com que o grupo ganhe ares experimentais. Historicamente, as assessorias jurídicas têm suas ações ligadas à efetivação de Direitos Humanos de “segunda geração”, como direitos trabalhistas, direito à moradia e outros direitos sociais e econômicos ligados à coletividade. Os direitos sexuais e de gênero ainda são pouco explorados na assessoria jurídica e iniciaram a ser introduzidos nas discussões da RENAJU através dos debates lançados pelo G8-Generalizando ao longo de sua trajetória, tensionando os limites e as possibilidades da AJUP. O subtítulo acima traz parte de um canto entoado por integrantes do G8-Generalizando nos espaços de assembleia da RENAJU, uma nova versão do tradicional “Abajo el imperialismo, que va caer, que va caer y arriba el socialismo, que va vencer, que va vencer!”, entoado por outros núcleos da rede, sendo transformado por “Abajo el binarismo, que va caer! Que va caer! Arriba el transfeminismo, que va vencer! Que va vencer!”.

Desta forma, o G8-Generalizando vem introduzindo às discussões da assessoria jurídica, tradicionalmente focadas na crítica ao capitalismo, uma abordagem que considera não somente a classe para análise das violências, mas também gênero, sexualidade, raça, idade, etc. Ou seja, uma abordagem interseccional trazida pelo transfeminismo, que por sua vez encontra suas origens nas discussões do feminismo negro. Assim, ao lado da teoria *queer*, o transfeminismo vem se apresentando como um referencial em diversas ações do grupo. Para contextualização,

O termo transfeminismo ganhou visibilidade nos países de língua espanhola e portuguesa inicialmente a partir de Kim Perez Fígares, com seu texto de 2004 “¿Mujer o Trans? La inserción de las transexuales en el movimiento feminista”, e após com a filósofa e ativista queer Beatriz Preciado que em 2009 publicou o texto “*Transfeminismo y Micropolíticas del género en la era farmacopornografica*”. (...) Essa corrente transfeminista no Brasil vem se desenvolvendo principalmente pela e na internet por meio de blogs de pessoas trans*, grupos no *facebook*, listas de e-mails, perfis no *twitter*, no *tumblr* e em outras redes sociais.

Para exemplificar algumas destas práticas, em 2011 o grupo desenvolveu uma oficina

⁶ Na RENAJU podem ser encontrados projetos que já realizaram atuações pontuais no âmbito do feminismo, entretanto o G8-Generalizando é o único projeto de assessoria jurídica universitária com temática específica em gênero e sexualidade.

com crianças e adolescentes que consistia na construção de corpos, explorando os estereótipos binários e provocando reflexões acerca de outras possibilidades identitárias, situação em que pôde ser trabalhado o tema da travestilidade. Ainda em 2011, o grupo desenvolveu uma oficina sobre Lei Maria da Penha que explorava sua possibilidade de aplicação para proteção de transexuais e travestis, indagando, afinal, qual era “a mulher” protegida pela lei. Em 2012, diversos foram os espaços feministas autogestionados compostos somente por mulheres cissexuais em que o grupo reivindicou a inclusão de outras identidades, questionando a amplitude dos sujeitos do feminismo. Em 2013, o grupo desenvolveu em parceria com a ONG Igualdade-RS e o Núcleo de Pesquisa em Relações de Gênero e Sexualidade (NUPSEX) o projeto “Direito à Identidade: Viva seu Nome”, com vistas a realizar mutirões de ações judiciais para retificação de registros civis de transexuais e travestis a partir de uma fundamentação psicossocial e não-patologizante. Assim, diversas foram as experimentações do G8-Generalizando no campo do transfeminismo, questionando abordagens essencialistas nas quais algumas vertentes do feminismo se encontram ancoradas e ampliando os horizontes de atuação da assessoria jurídica popular

3 AS MULHERES DO MORRO DA CRUZ

Para dar materialidade à descrição em abstrato das atribuições de um etnógrafo, Malinowski (1975:40) oferece-nos uma narrativa de suas primeiras experiências na costa sul da Nova Guiné. O autor convida-nos a imaginar como é estar totalmente só, desembarcando em uma praia tropical desconhecida, vendo a lancha que nos trouxe se afastar no horizonte. Provoca ainda: “Imagine, além disso, que você é um principiante, sem experiência anterior, sem nada que o oriente e ninguém para ajudá-lo”. Troquemos a praia por uma comunidade popular de Porto Alegre. Troquemos a lancha pelo ônibus Santa Maria 344. Muitos foram os diálogos e oficinas que facilitei enquanto assessora popular integrante do SAJU UFRGS, de modo que a estrutura do bairro Morro da Cruz, em certa medida, não destoava de tantos outros que conheci e do próprio onde fui criada. Mas era a primeira vez que eu estava efetivamente “em campo” enquanto aspirante a etnógrafa e isso era incrivelmente desafiador.

3.1 A associação de moradoras e o clube de reciclagem

A entrada no campo deu-se no dia 01 de julho de 2014 através de uma pesquisadora antropóloga⁷ que possui um longo vínculo com a comunidade. Inicialmente, eu trazia como objetivo a realização de oficinas comunitárias previstas no Plano de Trabalho do Programa Jovens Mulheres Líderes da ONU, que haviam sido pensadas em parceria com o CFEMEA. Assim, minhas “credenciais” de inserção na comunidade partiam deste lugar de estar executando um projeto vindo da ONU Mulheres. Entretanto, quase que instintivamente me apresentei como integrante do SAJU, o que acabou por dialogar muito mais com a realidade da comunidade e me garantir certa simpatia:

Cheguei na associação sozinha por volta das 11h, entrei devagarzinho, lá estava Dona Jacy⁸, sua filha Rose e uma menina do bairro por volta de 6 anos. Me apresentei à Dona Jacy, e disse que havia marcado de encontrar minha colega pesquisadora. Ela me perguntou se eu era da Themis, eu disse que não e instintivamente disse que era do SAJU, ainda que depois tenha me arrependido. Mas a informação rendeu nossa primeira conversa. Dona Jacy me contou que tempos atrás o que salvou a comunidade foi o SAJU, em um tempo em que eles estavam para ser retirados. Disse que uns meninos advogados tinham sido muito bons para a

⁷ Lúcia Scalco, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS.

⁸ Dona Jacy é a única interlocutora cujo nome verdadeiro foi mantido, uma vez que sua vontade foi manifestada nesse sentido. Os demais nomes foram alterados. Em atenção ao debate das identidades interseccionais que implicam na visão de mundo dos sujeitos, busca-se sempre que possível situar a faixa etária e o grupo étnico das interlocutoras. Salienta-se, entretanto, que o grupo étnico e a faixa etária não foram autodeclarados, tratando-se tão somente da leitura desta pesquisadora.

comunidade e que gostava do SAJU. Disse que até hoje a área permanece irregular, mas que naquela época o SAJU salvou. Falou que lembrava do Vítor, um menino advogado muito bom, que hoje já deve estar grande, reconhece ela. Eu disse que infelizmente não o conhecia e ela disse que era normal, já que fazia muitos anos. (Diário de Campo, 01/07/2014)

Logo que cheguei, conheci Dona Jacy, uma mulher negra na faixa dos 50 anos, que preside a associação. Naquele dia a comunidade estava passando por sérias dificuldades em razão das chuvas que ocorreram ao longo da semana. Neste primeiro contato já pude perceber o drama que marcaria as conversas da comunidade em diversas outras visitas: o fato da comunidade estar situada em uma área de risco, com constante ameaça de desabamento de algumas casas, falta de rede elétrica, saneamento e serviços adequados. O assunto que predominava naquela manhã era o desabamento das casas no dia anterior, junto à necessidade de mobilizar doações e acionar os órgãos competentes:

Juca conta que hoje o terreno da casa dele, que fica em área de risco, desmoronou 4 metros abaixo. Dona Jacy diz que já está sabendo, e eles começam a conversar sobre o descaso do governo; Contam que já pediram para o Departamento Municipal de Habitação (DMHAB) vir muito tempo atrás, que aquilo já era esperado e que as autoridades nada fazem. (Diário de Campo, 01/07/2014)

O espaço físico da associação era composto por um grande salão, cozinha, banheiro, uma sala pequena de informática e um depósito. Recentemente, a associação tem se engajado em uma nova atividade: a formação de um grupo de costura, que ocupou a salinha que antes era usada como depósito e que já está começando a receber suas primeiras encomendas de bolsas. Além disso, são oferecidos cursos gratuitos de informática quatro dias por semana ministrados por uma moradora e um morador da própria comunidade. A associação também mantém um brechó com doações de roupas que recebe de diversas instituições. Ainda que o brechó seja uma das fontes de renda, parece também cumprir uma função solidária ou assistencial com a venda de roupas e calçados a preços realmente baixos:

Juca começa a ver umas roupas e volta perguntando à Dona Jacy por quanto ela faria um par de calçados. Um calçado feminino de salto, “para minha guria” diz Juca e um par de tênis. Dona Jacy pensa um pouco antes de dar o preço e diz depois “um pila cada um”. Depois me olha e explica que eles quase não lucram com a venda do brechó, que algumas coisas dão, que o preço depende se a pessoa pode pagar, mas que a associação vende por preços baixos para ter qualquer dinheiro para cobrir os gastos. (Diário de Campo – 01/07/2014)

No meu primeiro contato, descobri também que o aluguel do salão para festas era a principal fonte de renda da associação, o que viria de certa forma a ser uma dificuldade para a

realização das oficinas com as mulheres nos finais de semana, já que o salão encontrava-se constantemente alugado. No meu primeiro contato com a associação, Dona Jacy também estava aguardando a visita de uma representante da ONG Themis, que estava buscando realizar o Curso das Promotoras Legais Populares (PLP's) no Morro da Cruz. Iniciamos o diálogo todas juntas, cada organização apresentando um pouco de sua proposta que convergia aos mesmos fins: promover o empoderamento de mulheres na comunidade. Conversamos sobre as propostas de duração, já que o Curso das PLP's tem previsão de três meses e eu, ao contrário, tinha previsão de quatro oficinas. Conversamos ainda sobre as dificuldades de mobilização das mulheres e as estratégias para enfrentá-las.

Já meu primeiro contato com o clube da reciclagem ocorreu em 03 de setembro quando eu e duas representantes da Themis fomos ao clube realizar a divulgação do Curso das PLP's e da oficina que eu estava planejando. Quando chegamos no clube de reciclagem as mulheres já estava reunidas envolvidas com a oficina de *decoupage* em vidros. O clube funcionava em um espaço anexo à residência da coordenadora do projeto, uma mulher branca na faixa dos 50 anos, reunindo todas as quartas-feiras cerca de 30 a 40 mulheres para oficinas variadas de artesanato. O clube de reciclagem tinha lugar em uma espécie de garagem adaptada. Quando chegamos já havia cerca de 15 mulheres sentadas em círculo. Rapidamente foram chegando muitas outras, algumas trazendo crianças, e quando vimos já havia cerca de 30 mulheres. Um pequeno grupo de mulheres estava entretido com algumas sacolas de roupa que pareciam ter chegado para doação, olhavam e analisavam o material das sacolas. As cadeiras foram sendo organizadas pela coordenadora do clube que, apertando umas, deslocando outras, buscava acomodar a todas: “meu povo tem que estar cômodo”, “todo mundo tem que estar bem”, dizia ela, enquanto organizava tudo. Com as mulheres já acomodadas em círculo, a coordenadora sentou em uma posição que denotava liderança no centro e iniciou relatando longamente como tinha sido a sua visita em uma cidade do interior do RS, em que foi convidada pelo prefeito para dar uma oficina de reciclagem. Contou que todos adoraram o trabalho delas, as flores coloridas, as garrafas pet, as árvores. “Que todos amaram! Adoraram o nosso trabalho!” Contou com muito entusiasmo como era uma aventura viajar, que tinha visto uma capela muito bonita, que a levaram para passear na cidade e que no fim essas saídas eram um passeio. Disse a todas que qualquer uma pode ir com ela, que não precisa saber tudo, que dá para fazer a oficina quando ainda se está aprendendo, que pode ir apenas ajudá-la a carregar coisas ou fazer tarefas simples. “É um passeio, afinal ficamos em

casa, da casa da filha à casa da mãe, lavando e limpando, só em casa. É um passeio! Uma coisa diferente! Tem que aproveitar!”, dizia. Achei interessante como o clube de reciclagem parecia ser uma quebra na rotina das mulheres, ou ao menos a fala da coordenadora parecia ir nesse sentido. A rotina dos trabalhos reprodutivos domésticos como um impeditivo à participação das mulheres ainda iria vir à tona em outros contatos.

Algumas mulheres ouviam e balançavam a cabeça afirmativamente, pareciam concordar com a descrição que a coordenadora dava de uma típica rotina das mulheres ali presentes, “da casa da filha à casa da mãe, lavando e limpando”. Seu carisma me chamou a atenção enquanto liderança comunitária, parecia ter muito controle sobre o grupo, inclusive sobre nós visitantes, definindo claramente nosso momento de fala ao grande grupo. Fiquei encantada com a energia da coordenadora na tentativa de mobilizar as mulheres. Dizia com grande entusiasmo que em novembro ocorreria um desfile das roupas produzidas pelo clube de reciclagem e que sete senhoras – que ela chamou de “vós-top” – poderiam desfilas as peças. Também comunicava que na semana seguinte haveria uma oficina de culinária. Definitivamente, o clube parecia ser um lugar interessante e movimentado.

3.2 Repensando “a demanda”

O conceito de “demanda” tão utilizado na linguagem da AJUP possui, neste contexto, uma preocupação para a valorização e a identificação das “reais necessidades” da coletividade ou das individualidades com as quais se pretende trabalhar. Nesse sentido, a extensão popular traz a ideia de que o conhecimento acadêmico deve ser “útil” à sociedade e dialogar com a realidade de quem a universidade se põe em interação. Dentre os vícios próprios da massificação a que está sujeita a assessoria jurídica popular, Jacques Távora Alfonsin (1998) aponta o risco de “despersonalizar e descaracterizar a demanda popular”, “assumir ela própria a liderança da demanda popular, atropelando lideranças escolhidas pelo povo” e “deixar-se usar por demandas que nem sempre têm o selo da legitimidade propriamente popular”, de modo que a preocupação com a autenticidade da demanda é uma constante na AJUP. Ainda utilizando o conceito de demanda na AJUP, a conhecida classificação de Celso Campilongo (1991) no artigo “Assistência jurídica e realidade social: apontamentos para uma tipologia dos serviços legais”, ao contrapor os serviços tradicionais (associados ao legalismo e a práticas tidas como conservadoras) aos serviços inovadores, aponta que estes “valem-se de uma crescente politização das demandas”, classificando, ainda o que seriam “demandas clássicas e

demandas de impacto social” ligadas à organização e à ética comunitária.

Já na perspectiva do acolhimento compreendido não somente como um ato, mas como uma postura institucional que envolve todos os trabalhadores, a gestão e a própriacomunidade (CARLSON et al, 2012), a demanda possui significados talvez mais complexos e sutis, podendo abarcar subjetividades e singularidades desejosas de uma escuta ativa. Nesta abordagem comumente explorada pela Psicologia e Assistência Social nos serviços da saúde, ouvir a demanda integra a perspectiva do acolhimento:

O desafio aqui é o de processar as demandas individuais em coletivas, por isto o acolhimento deve ser planejado e retorna incessantemente a novos planejamentos que deem maior efetividade ao serviço, sujeito e comunidade naquilo que são as suas lutas. (CARLSON, 2012)

O processo de escuta ativa não trabalha com a ideia de identificação da demanda do sujeito ou da coletividade como um dado objetivamente aferível, mas com a construção conjunta de significado pelos sujeitos envolvidos no processo. Assim, pensando a partir do meu pré-conhecimento do que seria ou poderia vir a ser “ a(s) demanda(s)” com base na minha prática como assessora jurídica popular no SAJU UFRGS, instituição que ao longo dos anos vem gradualmente repensando e transitando de um modelo de “prestação jurídica” para um modelo de “acolhimento interdisciplinar”, busquei questionar ao longo da pesquisa até que ponto eu deveria “identificar a demanda” ou “criar a demanda”, ou mesmo se estes processos seriam possíveis de serem pensados separadamente ou se faziam ambos parte de um todo complexo.

Na perspectiva etnográfica, estar munido de bons instrumentos metodológicos e teóricos não se confunde com o problema de ir a campo carregado de “ideias preconcebidas”, sempre perniciosas em qualquer tarefa científica. Nesse sentido, a pesquisa apresentará problemas “se um indivíduo inicia uma expedição com a determinação de provar certas hipóteses, se não é capaz de mudar constantemente seus pontos de vista e de rejeitá-los sem relutância, sob a pressão da evidência” (Malinowski, 1975: 45). De um lado, eu possuía uma preocupação com a perspectiva etnográfica que está aberta a (re)formular os objetivos a partir do diálogo com os sujeitos; e de outro, a abordagem da educação popular na qual a demanda deve emergir da própria comunidade enquanto protagonista de sua história.

3.2.1 Identificando\produzindo a demanda: a baixa participação

No Plano de Trabalho desenvolvido para o Programa da ONU Mulheres tínhamos

como objetivo desenvolver oficinas focadas no controle social do legislativo sobre projetos de lei em matéria de gênero. Entretanto, como ensina a tradição da AJUP, a demanda deve vir “de baixo para cima”. De modo que o/a assessor/a popular deve estar aberto/a a ouvir a demanda da comunidade e a reformular suas expectativas iniciais. Assim, marquei um encontro com a presidenta da associação em um sábado de manhã para conversarmos sobre o que ela identificava como possíveis demandas das mulheres na comunidade para orientar as temáticas das nossas oficinas. Conversa vai, conversa vem, Dona Jacy dizia que

“o problema é que as mulheres não têm participado das atividades da associação e eu não sei o que está acontecendo. Elas só vem pegar o Bolsa Família, mas quando são chamadas para debater não comparecem. Sempre tem uma coisa. Inventam todo o tipo de desculpa. Dizem que tem que lavar a casa, sempre tem uma coisa. Não é só pegar comida, tem que participar” (presidenta da associação)

A associação de moradoras é responsável pela distribuição do programa Fome Zero, Bolsa Família e Programa de Assistência Alimentar. Assim, ao longo da conversa a fala da presidenta foi indicando uma grande preocupação com o fato das mulheres só acessarem a associação em busca destes programas e não comparecem aos debates a que eram convocadas. Dona Jacy falou ainda que quando o posto de saúde convocava pela lista do Bolsa Família as pessoas compareciam, pois pensavam que seu benefício poderia estar em risco. Segundo Dona Jacy, a solução para “fazer as mulheres comparecerem” seria pegar a lista do Bolsa Família e ir de casa em casa convocando-as. Conversei também com Lígia, uma estudante universitária negra na faixa dos 20 anos que trazia uma fala politicamente engajada sobre a importância do Bolsa Família. Ao longo da conversa, vamos delineando que o tema da primeira oficina poderia ser justamente a importância da participação das mulheres nas dinâmicas da comunidade. Cada vez mais eu me convencia que a temática do “controle social do legislativo” proposta em nosso Plano de Trabalho não dialogava com a realidade da comunidade. Seria então preciso reformular os planos.

Na minha segunda visita do Programa Jovens Mulheres Líderes em Brasília o objetivo era construir junto com minha mentora as atividades específicas de nosso plano de trabalho. Contei para ela sobre minhas visitas à comunidade do Morro da Cruz e sobre minha percepção do quanto o debate do controle social do legislativo ainda estava distante daquela

realidade. Minha mentora e representante da ONG CFEMEA⁹ mostrou-se muito aberta à mudança de planos. Ela própria era uma Promotora Legal Popular de Brasília com uma longa trajetória em movimentos sociais de base, assim compreendia que a demanda deveria vir sempre da comunidade, que melhor do que ninguém conhece suas necessidades. Juntas pensamos em realizar uma dinâmica de acolhimento similar às “místicas” tradicionalmente utilizadas na AJUP, ou seja, uma dinâmica que sensibilizasse e quebrasse o distanciamento entreicineiras e participantes. Montamos um “kit” com algumas publicações feministas que tínhamos disponíveis na ONG, e planejamos estimular uma roda de conversas a partir dos conteúdos das cartilhas. Decidimos que naquela visita definiríamos apenas a temática da primeira oficina, pois acreditávamos que a temática da segunda seria apontada pelas próprias participantes conforme nossos diálogos avançassem. Fui embora de Brasília com um plano de trabalho reformulado e a mala cheia de materiais informativos. Minha mentora conseguiu articular uma passagem através da ONG para vir para Porto Alegre e participar conosco da primeira atividade.

3.2.2 A primeira oficina: o protagonismo e a participação das mulheres do Morro da Cruz

As semanas que antecederam a primeira oficina foram de muita articulação junto ao clube de reciclagem e associação de moradoras realizando a divulgação da atividade. Na noite anterior à oficina do dia 14 de setembro, ocorreu um imprevisto: recebi uma ligação de Maria, PLP da Themis, dizendo que Dona Jacy havia ligado e que a oficina estaria cancelada. Liguei para Dona Jacy, que me disse que havia se enganado com as datas e que o salão da associação estava alugado para uma festa no domingo. Assim, pensamos em transferir o local da oficina para o clube de reciclagem. Após algumas ligações, a oficina estava mantida com novo local.

Chegamos na comunidade – eu, minha mentora e um companheiro do G8-Generalizando – por volta das 13 horas. Aguardamos a presidenta da associação e ligamos para a coordenadora do clube de reciclagem. Deixamos um cartaz na entrada da associação que dizia: “Chá e oficina vai ser no clube de reciclagem às 14 horas”. Fomos juntos para o galpão de reciclagem levando conosco também panela, chá, biscoitos e copinhos. No espaço

⁹ Leila Rebouças, estudante de Pedagogia na Universidade de Brasília, assistente técnica do CFEMEA, integrante da coordenação do Fórum de Mulheres do Distrito Federal (DF) e entorno, do Fórum de Promotoras Legais Populares do DF, da Frente pela Descriminalização e pela Legalização do Aborto, e da Articulação de Mulheres Brasileiras.

fixamos um banner do G8-Generalizando e outro da ONG CFEMEA que trazia dados sobre a participação política das mulheres. O nervosismo agora era outro: viria alguém na oficina? Começou nossa longa espera. Enquanto aguardávamos, Dona Jacy nos contava que a comunidade existe há cerca de 30 anos e nos falava da dificuldade de regularizar a área, lembrando mais uma vez que foi o pessoal do SAJU UFRGS que os ajudou quando estavam para ser despejados. Leila contou um pouco da história de luta do seu bairro em Brasília, que também se constituiu em área irregular.

Chegou Deise, jovem negra na faixa dos 20 anos, trazendo sua filha de 10 anos e uma amiguinha, e uma amiga de Deise também na faixa dos 20 anos. Estávamos do lado de fora do galpão quando Deise abordou uma vizinha convidando para a atividade e eu complementei o convite: “daqui uma meia-hora mais ou menos, vai ter um chá e vamos conversar sobre direitos da mulher”, disse eu. A moça se interessou e disse que iria largar as coisas em casa e depois aparecia. Foi então que Deise me propôs um acordo: “eu ataco e tu fala, tá?” Então começamos a parar quem passava e convidar. A amiga de Deise disse que conhecia uma senhora do brechó que sempre participava e que poderíamos ir na casa dela convidar, mas que não lembrava bem aonde era. Fomos então eu, Deise, as duas crianças e a outra jovem procurar a casa desta senhora. Fomos caminhando pela comunidade e convidando as mulheres que encontrávamos no caminho e na frente de suas casas. E outras batíamos palma e convidávamos diretamente. Não encontramos a casa da senhora do brechó, que segundo as gurias “sempre participava”. Então desistimos e voltamos para o galpão de reciclagem. Chegando lá, para nossa surpresa, já havia cerca de 10 mulheres sentadas aguardando a atividade. Eu cumprimentei a todas sem disfarçar minha grande felicidade e fui então chamar a coordenadora do clube de reciclagem que estava terminando de preparar o chá.

No total havia dezesseis pessoas, dentre estas duas meninas na faixa dos 10 anos, e um menino na faixa dos 14 anos. Na dinâmica de acolhimento, minha mentora do CFEMEA convidou a todas a ficarem de pé em círculo e iniciou a dinâmica de apresentação. Ela disse que queria propor que cantássemos uma música para nos apresentarmos: “*Boa tarde como vai você, minha amiga como é bom te ver, palma-palma, mão com mão, e um abraço de coração!*” Após bater palmas e cantar a canção, cada uma deveria buscar uma companheira para abraçar. A música foi cantada umas três vezes entre muitos risos e abraços. O momento foi bastante descontraído.

A conversa iniciou com a apresentação do porquê estávamos ali. Apresentei-me como

estudante do SAJU UFRGS que trabalha no grupo de direitos da mulher realizando oficinas e educação popular. Expliquei que estava realizando um projeto na ONU Mulheres junto com a Leila, que estava me ajudando a fazer ações ali em Porto Alegre. Falei que tínhamos escolhido o Morro da Cruz porque ali as mulheres eram muito ativas, como por exemplo as mulheres da associação de moradoras que tocavam todas as atividades e as mulheres do clube da reciclagem, que estavam se reunindo e se organizando para geração de renda. Disse que a atividade era para falar exatamente sobre essa participação das mulheres nas coisas da comunidade.

Minha mentora se apresentou explicando sua trajetória com luta pela moradia em Brasília e depois como Promotora Legal Popular. Explicou o trabalho da ONG CFEMEA sobre os direitos das mulheres e sobre o monitoramento de leis e de políticas públicas. Introduziu então o assunto da participação política das mulheres e da importância de ter mais mulheres fiscalizando e fazendo política. Falou sobre os números desiguais de mulheres no Congresso Nacional e sobre o problema dos homens não estarem acostumados a pensar políticas para mulheres, de modo que as mulheres precisam estar nos espaços de poder para dizer quais são suas necessidades.

3.2.3 Essa tal de Lei Maria da Penha: discussões sobre violência doméstica contra as mulheres

“Mas essa aí tá pedindo né? Aí tá pedindo para apanhar?” (Dona Miriam, mulher negra na faixa dos 50 anos durante primeira oficina)

Após essa apresentação, distribuímos as bolsinhas com os materiais. Começamos a apresentar cada um dos materiais, dentre os quais estava a campanha *Quanto Vale o seu Voto?* promovida pelo CFEMEA, que traz charges e cartões. As mulheres pareciam bem concentradas no assunto. Dona Marta complementava nossas falas, e iniciou uma crítica aos políticos de modo geral. Falamos sobre o Estado Laico e sobre como alguns políticos tentam impor sua religião na política e que isso prejudicava principalmente as mulheres, pois muitas religiões ainda pregavam que as mulheres deveriam ser submissas. Demos o exemplo do Projeto de Lei conhecido como “Bolsa-Estupro” que prevê direitos e deveres de paternidade ao estupro, além de uma política assistencial para estimular as mulheres a manterem a gestação. As mulheres pareciam muito chocadas e indignadas com o projeto. Algumas

disseram: “Que absurdo! Que barbaridade! Mas essa lei não vai passar, não passa não.”

Tentamos deslocar o assunto para a participação local, sugerindo que ainda que o voto fosse importante existiam também outras formas de fazer política na própria comunidade. Demos o exemplo da Lei Maria da Penha, que só havia sido criada porque antes muitos movimentos de mulheres tinham se organizado. Entretanto, a menção à Lei Maria da Penha disparou uma outra demanda: a discussão sobre a violência doméstica contra as mulheres. Emergiram algumas falas que indicam que, embora na comunidade se articulem organizações de mulheres em torno de pautas comuns, tais “grupos de mulheres” não apontam necessariamente na incorporação de discursos feministas:

“Mas eu vou dizer uma coisa sobre essa Lei Maria da Penha, vocês me desculpem, mas sou muito língua frouxa e vou dizer. Tem mulher que também é muito violenta, que dá tapa no marido, arranha. E tem mulher que não trabalha, e que o marido trabalhou o dia inteiro, e quando chega em casa diz para o marido cuidar da criança. Eu conheço uma mulher que disse que ‘eu passei o dia inteiro cuidando da criança, de noite ele que cuide, eu não me levanto para dar de mamar’.. vocês não conhecem ninguém assim?” (Coordenadora do clube de reciclagem, durante a primeira oficina).

No campo dos estudos de gênero, a antropologia dedicou especial atenção às Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) para compreender as dinâmicas envolvendo violência doméstica contra este segmento, como demonstra Grossi no mapeamento de pesquisas acadêmicas sobre o tema realizadas entre os anos de 1975 e 2000. Em “Os Direitos dos Outros e Outros Direitos”, Jacqueline Muniz conta-nos a história de Qiu Ju, filme do cineasta Zhang Yimou, cuja busca por justiça em um pequeno povoado chinês evidencia o descompasso entre o mundo jurídico formal e as soluções extrajudiciais de conflitos. Na história narrada, Qiu Ju deseja apenas um pedido sincero de desculpas por parte do ancião Wang que agredira seu marido, o que vem a se concretizar informalmente através de um gesto do ancião. Embora satisfeitos com o rumo do litígio, o sistema de justiça local ignora as soluções informais por eles encontradas e dá seguimento ao procedimento punitivo à revelia da vontade de Qiu Ju e seu marido.

A história é contada para introduzir algumas das questões levantadas pela pesquisa realizada junto às Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) iniciada em 1993 no Estado do Rio de Janeiro. O estudo aponta que parte significativa das solicitações que

chegavam à Delegacia parecia requerer “soluções distintas daquelas oferecidas pela lógica-em-uso do mundo jurídico formal”. Narrativas colhidas no campo nos são apresentadas, como a história de Dona Fátima que após ter um pedaço da orelha cortada pelo cunhado Vicente, muito embriagado, desejava obrigá-lo a pagar os dias em que ela não poderia trabalhar em virtude do machucado e, além disso, “dar cinco latas de leite para minha filha”.

Muniz destaca que a maior parte das queixantes que chegava às DEAMs não desejava dar uma solução penal ao litígio, mas acessar a delegacia como um espaço público disponível para a resolução de conflitos. Nesse sentido, discursos como “saber dos meus direitos”, “pedir orientação”, “ter uma chance”, “firmar a palavra na frente da autoridade”, “dar um susto”, “curar o vício da bebida” etc. eram acionados pelas interlocutoras. Nesse contexto, as DEAMs realizavam um arbitramento extra-judicial não previsto pela letra da lei, uma espécie de exercício “ilegal” de resolução de conflitos que contava com o consentimento das demandantes.

A autora pontua que o Estado Brasileiro, próximo à virada do século XXI, não obteve êxito em monopolizar a produção e a distribuição da justiça, de modo que a Justiça não tem se apresentado como o “*locus* privilegiado de resolução da conflitualidade”. A proposição de soluções “técnicas” ou “objetivas” pela justiça formal não parece contemplar parte das demandas que, no contexto apresentado, eram solucionadas extra-oficialmente pelas DEAMs, comportando expectativas mais complexas que a solução “condenação ou absolvição” oferecida pela Lei. Nossas interlocutoras também indicaram que soluções informais poderiam ser obtidas por outros agentes:

“Eu acho muito legal esse trabalho que vocês fazem, de ir na vila, falar com as mulheres.. acho que tinha que ter uma coisa para falar para os casais, sabe? Orientar os dois, o casal. Eu por exemplo, tinha o marido da Maria que não deixava ela sair de casa e trabalhar aqui na reciclagem. Não deixava nunca, era muito brabo. E aí eu fui falando com ele aos pouquinhos, convidei ele para vir aqui... devagarzinho.. aí agora ele já está ajudando, ajudou a fazer uma cortina para nós que ficou muito linda, todos gostaram... mas tem que ser aos poucos né, devagarzinho... comendo mingau pelas beiradas...” (Coordenadora do clube de reciclagem durante a primeira oficina)

Ainda que fora dos procedimentos previstos pela legislação, as soluções extra-judiciais realizadas nas DEAMs eram vistas como “legais” e legítimas para os sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, a autora nos provoca: “A extensão das qualificações de ‘direito’ e de ‘legalidade’ a certas práticas não previstas pela lei comprometeria o sentido e a aplicação destas noções?”. Muniz nos remete à ideia de *pluralismo jurídico*, que a primeira vista parece se restringir à existência de formas distintas de produção jurídica em sociedades de organização social e política diferente da nossa. Assim, acionando conceitos trazidos por Boaventura de Souza Santos em seus estudos, a autora aponta que esse conhecimento etnológico da realidade sócio-política de outras culturas faz com que a antropologia amplie o universo das concepções jurídicas. A figura do direito é, portanto, expandida, incluindo outros processos e princípios apoiados, ou não, pela força organizada.

O conceito de *interlegalidade* inserido por Souza Santos é articulado por Muniz para a análise das práticas das DEAMs. Tal conceito toma em consideração a complexidade das sociedades de mercado com seus múltiplos eixos de significados, em que as espacialidades internas ao direito são porosas e diferentes conceitos oficiais e informais estabelecem um diálogo. Nesse contexto, abre-se a possibilidade de que outras narrativas, práticas, discursos e estratégias que permitam outras modalidades de negociação e resolução de conflitos possam ser caracterizadas como jurídicas, ainda que não componham o mundo jurídico formal.

Segundo Muniz

A juridicidade que ali se constitui é um direito não-oficial que conjuga os princípios do *direito de todos*, instituído pelo Estado, e um *outro direito*, instituinte, cuja origem está no universo valorativo da clientela que solicita os serviços das DEAMs (MUNIZ, 2001:138)

Para a autora, não se trata de um simples ajustamento ou “uso alternativo” do direito oficial, mas de uma verdadeira interação jurídica plural, em que elementos do mundo jurídico formal se mesclam com outros direitos oriundos do universo da clientela. Para essa realidade encontrada nas DEAMs durante o campo, a autora empregou o conceito de *direito interativo*, que seria esta “complexa operação de convergência entre vários sistemas classificatórios não necessariamente coincidentes, com os sistemas simbólicos do mundo policial, da vida ordinária e da instância jurídica”.

O artigo de Luiz Eduardo Soares, Barbara Musumeci Soares e Leandro Pique Carneiro, realizado com base na pesquisa realizada junto às Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) iniciada em 1992 no Estado do Rio de Janeiro, a partir do Núcleo de Pesquisa do ISER, nos traz dados relevantes para a compreensão do fenômeno da violência doméstica no universo estudado. Antes de apresentar o conjunto de estatísticas levantadas, os autores alertam para os riscos da naturalização de um conceito político tal

como foi convertida a “violência contra a mulher”. Chamam atenção para a imagem naturalizada e caricata da violência contra a mulher em que “o ouvinte ou leitor imediatamente recorta, contra o fundo da experiência social, uma cena óbvia, grosseira e dramática: de um lado a mulher, que apanha, sofre, é humilhada, ofendida; de outro, um homem, provavelmente seu marido, embriagado talvez”. Além disso, o casal típico que salta à nossa mente geralmente é pobre, com baixo nível de educação formal e com valores culturais de “machismo ibérico” em que o homem é identificado como o “chefe da casa”.

Os autores apontam que “a ‘violência contra a mulher’ deixou de ser categoria do direito penal ou mera descrição de episódios da vida diária e se converteu em signo político, erigido no processo de resistência feminista”. A violência contra a mulher foi, portanto, convertida em um signo político cujas conquistas do feminismo têm ampliado o leque de imagens e valores que nos remetem a ele. No contexto deste avanço, as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher talvez sejam sua manifestação institucional por excelência, trazendo consigo “um preço”, que os autores identificam como “a cristalização de mais uma caricatura, sob a qual se esconde uma enorme variedade de relações humanas, muito mais ricas e complexas do que ensejaria nossa vã idealização do feminino”. Essa idealização, por tratar-se de um modelo fechado, implicaria em uma espécie de “cárcere público” em que são aprisionadas “as múltiplas possibilidades de reinvenção do feminino, do masculino e de suas interações”.

Nesse sentido, as DEAMs atendem uma demanda que esperam encontrar, mas que também acabam por promover, utilizando em suas práticas uma linguagem específica capaz de oferecer funções e identidades a personagens moralmente construídos. Chama-se a atenção para a produção seletiva e restritiva de informações através da ficha de atendimento, tecnologia que esquadrinha o “fato” e limita as possibilidades dos atores.

O sentido contingente da violência perde-se. As imagens que o substituem são filtradas pelas malhas da identificação classificatória, que afirma uma particularidade intercambiável (um nome, uma idade, combinados a uma procedência e a determinado grau de instrução, etc.) apenas para reiterar a extensão universalista de um quadro seletivo, destinado a recortar o fenômeno “agressão” e a experiência dos atores segundo a expectativa inevitavelmente confirmada de uma ordem necessária e natural. (SOARES et al, 1996:68)

Entretanto, os autores advertem que não se pretende sugerir que as DEAMs produzem a realidade da violência contra a mulher em uma profecia que se autocumpra, mas que parece ocorrer um diálogo entre um conjunto complexo, polissêmico e multifacetado de atores que

muitas vezes acaba por reduzir a complexidade das relações a classificações simplistas, dicotômicas e empobrecedoras, nas quais o jogo de “cartas marcadas” acaba por produzir invariavelmente “mulheres-vítima” e “homens-agressores”. Faz-se a “reprodução de uma imagem feminina que parece ser cúmplice do jogo intersubjetivo de que resultou a própria agressão”.

O acesso à Delegacia não implica necessariamente no desejo de registro de uma ocorrência ou abertura de um inquérito que desemboquem em medidas judiciais, mas pode ser lido, em uma primeira aproximação, como “uma estratégia de pressão, defesa ou negociação na guerra conjugal”, enfim, em uma tentativa de resolução talvez mais eficaz que aquelas buscadas no âmbito intrafamiliar ou comunitário. Segundo os autores, inverte-se o processo na medida em que a lógica das relações privadas invadem o espaço público. Apontam, ainda, que aquilo que parece estar em jogo não é a reivindicação de direitos ou a emergência de uma “mulher-cidadã”, mas a busca por uma redefinição dos pactos domésticos. Ao contrário, a “vítima típica” a que remete a folha de atendimentos busca evitar que essa busca por apoio externo gere consequências judiciais que levem ao rompimento da relação em que se deram as violências.

Os caminhos que levam à democracia são contraditórios e não lineares, de maneira que categorias politizadas se chocam com os padrões tradicionais. Nesse sentido, o feminismo altera atitudes e cria um novo programa político que, afetado pela lógica do Estado, é implementado por instituições, normas e práticas autorizada em um contexto que não está “vazio de cultura, valor, linguagens específicas, normas, estrutura informais de relação, os quais, pela dinâmica intrínseca à vida social, opõem resistências variadas e tensões diversas às inovações”. O aumento das denúncias junto às DEAMs retrata o aumento da visibilidade das agressões e o sucesso destas instituições em estimular a busca por apoio e no

empreendimento extraordinário a que inconscientemente se devotam: oferecer á sociedade novos canais de comunicação e novas categorias dramáticas, jurídico-políticas e morais, compatíveis com a consolidação da democracia e da institucionalidade moderna; ((SOARES et al, 1996:69)

Os autores apontam, ainda, a complexidade do tema e a dificuldade que encontraram na realização do cruzamento de variáveis cujos resultados indicassem um “comportamento padrão” nas dinâmicas da violência, capazes de auferir regularidade sociológica aos comportamentos típicos observados na amostra. As rejeições corroboraram a tese da multiplicidade de fatores que interferem no fenômeno da violência, e sua autonomia face “a

condicionantes sociológicas e antropológicas elementares, transformadas em indicadores pertinentes pela ‘folha de atendimento’”.

3.2.4 A oficina que não houve: as mulheres e o mundo do trabalho

Durante a primeira oficina realizada, enquanto aguardávamos a chegada das participantes, ao longo de nossas conversas algumas hipóteses eram levantadas pela presidenta da associação e pela coordenadora do clube como razões para a baixa participação das mulheres. A tese central consistia no fato de que as mulheres que são casadas devem limpar a casa e cuidar dos filhos e do marido nos domingos, logo não poderiam participar da atividade. O assunto acabou nos instigando a pensar até que ponto a vinculação ao trabalho reprodutivo era efetivamente um fator de impedimento para a participação política e sobre como as divisões de gênero estavam colocadas nos valores de nossas interlocutoras.

“Quem tem marido domingo não sai, porque tem que cuidar do marido, das roupas, dos filhos. Eu sei porque tenho filhas e elas têm que cuidar do marido e das crianças” (presidenta da associação, enquanto aguardávamos a oficina)

“Domingo é difícil, tem que lavar roupa, limpar a casa... como choveu a semana inteirinha e agora está esse sol, fica difícil” (Coordenadora do clube de reciclagem, enquanto aguardávamos a oficina)

Da fala das participantes durante a oficina, parecia emergir a concepção de que mulher que trabalha “em casa” não trabalha na mesma medida do marido que trabalha “fora”, devendo dispender esforços extras para compensar a maior facilidade de seu trabalho:

“Eu sou da opinião que se a mulher não trabalha fora tem que cuidar das coisas dentro de casa. Mas eu acho que os dois têm que trabalhar fora e dividir as coisas. Mas se a mulher não trabalha ela tem a obrigação de cuidar da casa e dos filhos. Quem trabalha em casa pode escolher dormir a hora que quer, lavar a louça depois, é diferente.” (coordenadora do clube de reciclagem, durante a primeira oficina)

Entre outras problemáticas, como a dificuldade que algumas mulheres enfrentaram para poder trabalhar fora mediante a resistência de seus maridos:

“Meu marido não queria que eu trabalhasse, mas eu bati pé, e sempre trabalhei... se eu não tivesse trabalhado fora não tinha conseguido me aposentar” (Dona Rita, mulher branca, cerca de 60 anos)

Assim, as discussões durante a primeira oficina giraram em torno da divisão de tarefas no matrimônio, cuidado doméstico, trabalho reprodutivo, relação do bom desempenho do papel de esposa com a violência doméstica. Os temas emergiram a partir das provocações acerca da participação política das mulheres nos âmbitos formais (parlamento) e comunitários trazidas pelas cartilhas apresentadas e pelas falas dasicineiras. Na busca por “identificar a demanda” e “ouvir a comunidade”. tais abordagens nos levaram a crer que um bom assunto para dar continuidade aos diálogos na segunda oficina seria “as mulheres e o mundo trabalho”, possibilitando trabalhar conceitos como trabalho formal, trabalho doméstico, papéis de gênero, divisão sexual do trabalho, etc.

Nas semanas seguintes à primeira oficina, foram feitos contatos com a associação de moradoras através da presidenta agendando data e formato. Seria então realizado um “Cine-Debate” no dia 29 de setembro de 2014 (segunda-feira). Assim, selecionamos um documentário intitulado “As mulheres e o mundo do trabalho” que deveria ser utilizado como disparador da discussão sobre trabalho formal e trabalho doméstico. Em deliberação em reunião e por grupo de e-mails, o G8-Generalizando selecionou o documentário intitulado “As mulheres e o mundo do trabalho” (2008), produzido pelo Instituto de Políticas Alternativas para o Cone-sul.

No dia da segunda oficina, duas companheiras do G8-Generalizando e eu chegamos na associação de moradoras com uma hora de antecedência para organizar a oficina que estava programada para as 18h. Conversamos com a presidenta e ficamos aguardando as participantes por cerca de uma hora após o horário estabelecido. Compareceram somente duas mulheres interessadas na oficina e uma delas comentou que tinha muita vontade de participar de cursos e atividades, mas que os horários dessas coisas sempre colidiam com seu trabalho. Nós esperamos até às 19h conversando com a presidenta da associação e depois retornamos, um pouco frustradas. O não comparecimento nos gerou muitas dúvidas, pois no dia 24 de setembro eu e um companheiro do G8-Generalizando havíamos realizado uma longa visita à comunidade, tendo colado cartazes, entregue panfletos e conversado com as pessoas no clube de reciclagem, na associação de moradoras, em dois postos de saúde e em diversos comércios

locais. Assim, estávamos confiantes de ter realizado uma boa divulgação.

Sobre a participação das mulheres, em entrevista realizada em 18 de novembro de 2014, a presidenta da associação indica a casa das mulheres como um lugar de articulação: “elas se organizam em casa mesmo, no trabalho delas, elas vem para cá e quando não têm nada para fazer elas ficam na casa delas, que elas também têm o que fazer”. E quando indagada na mesma oportunidade sobre a dificuldade que algumas mulheres têm de participar das atividades da associação, são identificados óbices envolvendo “trabalhar fora” e os afazeres domésticos:

Acho que elas têm dificuldade por elas mesmas né, quem trabalha fora chega em casa e tem que fazer a lida de casa, na verdade a Themis por isso que ela já passou para sábado de tarde porque aí a pessoa não tem desculpa né, ela tem que ir; ficou em casa de manhã, fez o que tinha que fazer, deu comida para o marido e pros filhos... mas elas estão participando.

No artigo “Trabalho Reprodutivo no Brasil, quem faz?” Hildete de Melo e Marta Castilho falam sobre os serviços realizados majoritariamente por mulheres e que por não gerarem renda não são vistos como “trabalhos de verdade” pela sociedade. Contando com dados do PNAD/IBGE, as autoras questionam o perfil das mulheres que estão executando o trabalho reprodutivo (realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família). O ponto central da análise está na divisão sexual do trabalho que garante aos homens o exercício de atividades no mercado do trabalho capitalista sem que tenham que se preocupar com a gestão da vida doméstica, ao passo que as mulheres, também absorvidas como mão-de-obra pelo mercado, mantém dupla jornada. Apesar das grandes contribuições que o trabalho reprodutivo dá ao sistema econômico e ao bem-estar da sociedade como um todo, seu reconhecimento segue ignorado pelas ciências econômicas e invisibilizado pela sociedade. Ao indagar quem faz o trabalho doméstico no Brasil, as autoras indicam

Responder a essa pergunta é trivial. Quem executa os afazeres domésticos é naturalmente respondido pela sociedade: são as mulheres (donas de casa e suas empregadas domésticas), com auxílio de algumas pessoas do sexo masculino. Esse universo é naturalizado como feminino. Há um padrão de divisão sexual do trabalho que segmenta as atividades produtivas, vinculadas ao mercado, e as reprodutivas, relacionadas aos cuidados com os seres humanos, que vão além da maternidade como fator biológico e englobam todo o trabalho doméstico (MELO et al, 2009:143)

O que, evidentemente, não significa que os homens não executem tarefas domésticas ou que esse “fazer ou não fazer” não passe por diferenciações de acordo com raça, classe

social e faixa etária. Entretanto, pesquisas de âmbito nacional abrangendo diferentes segmentos da população indicam que as mulheres ainda são as maiores responsáveis pelo trabalho reprodutivo no Brasil. Nesse sentido, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher de 2013 produzido pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), ao analisar apenas as mulheres ocupadas, indica que estas dedicam em média 22,3 horas semanais para o trabalho reprodutivo, enquanto os homens gastam, em média, 10,2 horas semanais. Assim, a jornada de trabalho reprodutivo das mulheres é mais que o dobro da jornada masculina.

3.2.5 A terceira oficina: “uma historia de amor e fúria” e a “história de Dona Jacy”

Cheguei na associação no dia 29 de outubro, uma quarta-feira em que a ONG Themis estava realizando uma oficina na associação. A associação estava bem movimentada, com varias mulheres circulando e aguardando a atividade. A oficina seria feita em cima da animação brasileira “Uma história de amor e fúria”, que conta a historia de um guerreiro tupiniquim com 300 anos de idade, e de Janaina, uma heroína militante que reencarna ao longo da história. A oficina faz parte da programação do curso das PLP's. Antônia, formada em historia e convidada pela Themis, introduziu o filme e explicou o porquê de sua escolha. Falou que o filme abordava várias histórias de lutas do Brasil, e que a protagonista Janaína também era uma mulher muito forte e guerreira. Falou da importância de sabermos a história para modificar o futuro e compreender o presente.

A animação tinha um tom militante e trazia a história do Brasil narrada de um ponto de vista “subalterno”. As mulheres pareciam bem concentradas no filme e emocionadas com a narrativa. No final, debatemos um pouco sobre o filme, a tônica estimulada por Antônia era de que a história narrada nos livros era contada pela perspectiva dos vencedores. Antônia fez circular um livro de história que trazia apenas um parágrafo contando a história da Balaiada, uma das exploradas na animação, impressionando a todas ao provar que tudo aquilo que tanto nos emocionou na animação se resumia a apenas um parágrafo do livro. Também se comentou o papel de Janaína, protagonista mulher de força e militância, ao que Salete, mulher negra na faixa dos 50 anos que participa do curso das PLP's e que também se organiza em uma associação de mulheres em outra comunidade próxima, disse que na casa dela havia sete mulheres guerreiras e que matavam um leão por dia.

Ainda pensando na “contação de histórias”, lembro também da história de Dona Jacy,

uma mulher que, na minha perspectiva, é tão guerreira quanto Janaína. Talvez seja difícil para mim pensar na Associação Comunitária do Morro da Cruz sem pensar na figura emblemática de sua presidenta. Senhora negra, corpo pequeno, na faixa dos 50 anos, de sorriso acolhedor. Dona Jacy veio do interior para Porto Alegre com apenas 15 anos quando foi morar com sua tia e logo começou a trabalhar. Com 19 anos estava grávida de Lindomara, sua primeira filha, e depois viria a ser mãe de outros 5 filhos, todos criados com muito trabalho. Apesar dos esforços que a família exigia, Dona Jacy nunca parou de ser curiosa, gostava muito de fazer cursos e de se envolver nas atividades que apareciam.

e eu sempre fui muito de fazer cursos, fiz cursos, na época eu era auxiliar de enfermagem, trabalhei no São Pedro, trabalhei na Santa Casa, mas nunca deixei de participar da reuniões, eu sempre participei, eu sempre gostei de participar e trabalhei com a comunidade, toda a vida, faz mais de 50 anos que eu trabalho com a comunidade, sem parar.

Conta-me que tinha uns 25 anos quando veio morar no Morro da Cruz, quando comprou uma casa e foi se envolvendo nas coisas da comunidade. Foi fazendo amizade e mais tarde se envolveu na distribuição do programa Fome Zero, que organizava na sua própria casa. Depois surgiu o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), do qual Dona Jacy é fundadora no Partenon.

E aí depois eu dei uma parada, depois apareceu o MTD e aí comecei a montar na minha casa o MTD, e aí depois uma amiga minha também que eu conhecia juntou também um povo dela para lá e aí depois ficou pequeno o lugar que a gente estava e aí depois a gente tinha ganhado a associação e a gente passou o MTD para cá e tá até hoje.

A associação de moradoras surgiu da ideia de uma amiga, que certa feita disse ‘vamos se juntar nós, mulheres, vamos fazer uma chapa para ver se a gente ganha’. Dona Jacy não levava muita fé, mas topou o desafio. Naquela época a associação era atravessada por disputas envolvendo três ou quatro moradores que se sentiam “donos” da associação. Conta que desde então a luta não parou. Luta para construir e reconstruir a associação, para trazer benefícios, atividades, para mantê-la funcionando. Dona Jacy considera que seu envolvimento em outro movimento social – o MTD – também serviu para fortalecer a associação:

desde aí foi uma luta né, a luta mais para construir isso aqui né, porque aí na verdade não tinha de aonde tirar, porque o aluguel começou mesmo há um ano atrás, mas aí com a amizade que tenho e com a força do MTD a gente conseguiu arrumar um dinheiro com o governo do Estado , que até por sinal o governador veio aqui, olhou tudo e disse que o que dependesse dele ele iria ajudar. Na verdade, ele ajudou, só não veio o que tinha que vir né...

Conta-me sobre como conseguiram se articular para que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul se comprometesse a destinar uma verba de 50 mil reais para a reconstrução da associação. Fizeram uma festa, com bolo, salgadinhos, convites e muitas fotos. Foi dado um cheque simbólico pelas mãos do governador, que Dona Jacy mantém “para quem quiser ver”. Entretanto, a verba que veio foi apenas de 23 mil. A associação tentou buscar satisfações sobre o dinheiro faltante. Fizeram o acerto de contas direitinho, conforme as burocracias do governo, e foram informadas que não poderiam receber o dinheiro, pois já havia passado do prazo. Dona Jacy não aceita isso tranquilamente, pois “se aquele dinheiro tinha sido decidido para vir para a associação não tem que ter prazo (...) era da associação e eles tinham que depositar 50 mil”. Entretanto, decidiram parar de brigar pelo dinheiro faltante, mas a associação permanece passando por dificuldades financeiras:

deixei por isso mesmo, e aí continuo na batalha sempre com o dinheiro que entra de aluguel, eu faço o que eu posso, que eu tenho ajuda de ninguém assim da comunidade, não tem né... ‘ah, eu vou te dar um saco de cimento’, isso aí não acontece, nem um prego, se estraga qualquer coisa eu tenho que pagar. E essa semana o vizinho ali tinha tirado o negócio da luz ali, o cara veio para engatar dois fios da luz, cobrou 10 reais. E mora aqui.

A diretoria da associação de moradoras é composta por 6 mulheres, mas segundo Dona Jacy não foi uma escolha consciente do grupo, pois no início o grupo contava também com dois homens no conselho fiscal que acabaram não se engajando nas atividades, “não apareceram nem na posse”, disse ela. “E a senhora acha que as mulheres se interessam mais do que os homens?”, perguntei, ao que a presidenta responde: “Com certeza, eu acho isso. Tu pode ver, a qualquer hora que tu chegar a gente tá aqui, eu, a Lisete, a Marli, a Kátia, a gente tá sempre aqui”. “E por que será que os homens não se envolvem muito?”, insisto eu na minha curiosidade:

Na verdade acho que eles trabalham fora, a mulher também trabalha fora né, mas eu não

sei... a mulher é mais interessada em tudo né, e os homens na verdade pode ver que eles chegam... quando a gente fazia as reuniões de noite, eu sempre procurei fazer reunião no sábado de tarde, ou de noite né, porque aí dava para as pessoas virem, a maioria é sempre só mulher, nunca tem quase homem, tem pouco, nunca tiveram muito interesse. (Dona Jacy)

Dona Jacy acredita que, de modo geral, as mulheres estão se organizando na comunidade. Cita alguns exemplos, como Márcia que está organizando costuras na casa dela, Marli, que também tem reunido costuras em casa e montou um brechó: “as pessoas tão se organizando, têm as meninas que fazer tapete, as pessoas tão se organizando...”. Sobre o fluxo eleitoral, Dona Jacy explica que a associação faz eleições de quatro em quatro anos como uma opção, pois em dois “não dá para fazer nada”. Na verdade, “em quatro anos já não dá para fazer muito”. Recentemente, a associação chamou um advogado para fazer a atualização de seu estatuto, pois foram informados que havia uma nova lei que exigia atualização. Sobre a relação com o governo e o PAA, Dona Jacy fala da dificuldade de corresponder às demandas burocráticas da administração pública, que parecem nunca terem fim e que acabam desestimulando as pessoas a participarem:

É difícil depender do governo, porque eles exigem muita coisa né, eu passei trabalho, trabalho e sempre tava faltando uma coisa, sempre sempre, isso que ele falou que os meus têm tudo-tudo, mas é aquela coisa, tava sempre faltando... a gente até fazia porque aí a Marli fazia no computador pra mim e daqui a pouco eles ligavam que tava faltando isso, a gente corria, então se torna difícil, por isso que as pessoas desistem, as pessoas desistem de fazer por causa disso...

Dona Jacy acredita que a associação mudou a sua vida na medida em que antes trabalhava fora e depois chegava em casa. Agora, que está aposentada, chega na associação pela manhã e vai para casa só depois das 20 horas. E também admite que muitas vezes deixa de ir nos lugares em razão de compromissos da associação. Questiono-a sobre como tem sido o Curso das Promotoras Legais Populares, que ela explica tem promovido visitas a órgãos como a Delegacia da Mulher, que muitas participantes ainda não conheciam e não sabiam como funcionava. Então avalia que o curso está sendo positivo. Quando eu pergunto se ela acha que as mulheres “sabem seus direitos”, ela diz que “saber todo mundo sabe”, mas que o programa da Themis tem propiciado que as mulheres saibam melhor como procurar o direito que elas já sabiam que tinham: “elas sabiam que tinham o direito, mas não sabiam como

procurar o direito, e agora elas sabem”, afirma. Nesse sentido, Dona Jacy identifica uma diferença entre o conhecimento que ela já possuía em função de sua trajetória como líder comunitária, e o conhecimento que pensa que a maioria das mulheres que frequentam o curso em geral tem: “Eu já sabia porque eu já sou mais antiga, participava mais, sempre participei, agora sou conselheira da CMAS, já fui conselheira do AT, essas coisas todas aí têm que saber as coisas né”.

4 PERSPECTIVAS FINAIS

4.1 Sobre participação e políticas públicas

A conversa sobre políticas públicas e a relação com o governo era presente na associação. Lembro-me da roda de chimarrão entre Dona Jacy, Pedro (homem, branco, na faixa dos 40 anos, integrante do movimento de pequenos agricultores) e Rejane (mulher, branca, na faixa dos 40 anos, e presidenta de uma associação comunitária da zona sul). Estavam conversando sobre o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e sobre os trâmites burocráticos do governo. Falavam que o povo quando “*se desafia a se organizar*”, fica um ano recolhendo documentos e não recebe retorno. Pedro dizia que era uma armadilha para os movimentos sociais que vão até o agricultor, fazem com que ele assine um calhamaço de documentos e depois não conseguem dar retorno, pois o governo nunca está satisfeito com os documentos. “*Acha que esse mesmo agricultor depois vai me receber com um chimarrão? Claro que não*”, dizia ele. Pedro e Dona Jacy concordavam que o PAA segue uma lógica assistencialista quando, na verdade, deveria ser uma forma de assegurar o direito à alimentação. Pedro dizia, frustrado, que antes a sociedade civil se organizava e havia um sistema de doações que funcionava. Mas depois o governo quis institucionalizar tudo, se apropriando da política, e agora virou uma lógica burocrática de assistência social: “*a legalização não possibilita que as associações da sociedade civil se beneficiem, primeiro o governo trata de papéis, para depois discutir comida*”.

Pedro mostrava uma postura bastante crítica em relação ao governo, que parecia ser compartilhada por Dona Jacy. Já Rejane traz uma perspectiva diversa. Ela pensa que as coisas não funcionam porque as pessoas não fazem o que têm que fazer: “o governo não precisa dar na boca para comer”, diz ela. Já Pedro dizia que os movimentos sociais têm feito políticas de Estado, enquanto os funcionários do governo estão no ar condicionado. Questiona sobre quantas vezes ela, enquanto conselheira, esteve debaixo de sol fazendo o trabalho da assistente social, que é paga para isso.

Sobre o PAA, Pedro e Dona Jacy explicam que a associação “*não ganha nada. É usada, mas não ganha nada*”. A associação tem o ônus de gastar com carroto para trazer comida, mas não recebe nenhuma contrapartida. Na Associação do Morro da Cruz, Dona Jacy relata que há cerca de 90 famílias inscritas. Quando eu pergunto “*mas eles (o governo) não trazem a comida até aqui?*”, Rejane responde que “*não, eles já fazem demais. Para mim eles já fazem muito. Ai não dá para querer tudo na mão*”. Pedro explica que os agricultores que

forneçam alimentos ao PAA recebem para transportar os alimentos até um ponto fixo, e de lá as associações que recebem devem providenciar formas de trazer os alimentos para seus locais.

Dona Jacy e Rejane fazem parte do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) de Porto Alegre. Rejane diz que, enquanto integrante da comissão fiscal, está cobrando a documentação correta de todas as associações. Diz que não vai deixar passar nada, que é um absurdo que as associações não tenham tudo registrado. “*Se a associação tem trabalho, tem que provar*”, diz ela. Rejane está na comissão que fiscaliza a distribuição dos recursos dos programas e procura adotar uma postura séria na cobrança da documentação. O Conselho faz a gestão do Fome Zero, do Bolsa família, do PPA e de uma série de políticas assistenciais. Neste ponto, Rejane e Pedro entram em uma grande discussão sobre o governo e sobre a relação com os movimentos sociais.

Falas de Pedro	Falas de Rejane
Quantas vezes a assistência social do município veio aqui para discutir saneamento, comida, etc?	Mas tem orçamento participativo
O cara sem endereço fixo não acessa políticas públicas.	Não pode cobrar do Estado se a gente mesmo não faz.
O Estado brasileiro tem muitas dívidas, deve primeiro pagá-las para depois exigir.	A sociedade civil tem que se organizar.
Métodos são excludentes, os que mais precisam são os que têm mais dificuldade de acesso.	Se tu tem interesse, tu tem que ir atrás..
Falta formação para as associações.	Nem vem, com estudo ou sem estudo tu consegue.
E a institucionalidade esteve onde o povo excluído está?	Tem que levar trabalho para a assistência social, ela não vai bater na tua porta.
Tá lá na constituição federal... “é dever do Estado e direito do cidadão”	Mas se é meu direito, eu vou atrás.
E em que momento tu sabe que é teu direito?	Não adianta só culpar o governo.

Bila Sorj e Carla de Castro Gomes (2011), no artigo intitulado “o Gênero da 'nova cidadania': o programa mulheres da Paz” partem de mudanças no modelo de políticas públicas que avançaram no Brasil de forma acelerada após os anos 1990. O novo paradigma institucional de políticas públicas nomeado de Consenso de Washington¹⁰, entre outras

¹⁰ Encontro ocorrido em 1989 nos Estados Unidos entre agentes da economia mundial no qual foram formuladas uma série de recomendações sobre as políticas econômicas de países da América Latina influenciando profunda-

nomenclaturas, enfatiza o papel do mercado, comunidade e família, juntamente com o Estado, na implementação de políticas públicas. Assim, deu-se espaço para diferentes formas de parcerias entre múltiplos atores que passaram a dividir responsabilidades, como as organizações não-governamentais (ONGs), as igrejas, as comunidades e os próprios beneficiários. Nesse contexto, crianças e jovens passaram a ser o foco principal de políticas, ao passo que o papel das mulheres é visto como estratégico no fortalecimento de comunidades tidas como vulneráveis, seja ao serem consideradas clientes preferenciais de programas de distribuição de renda, seja ao serem convocadas ao papel de operadoras locais de programas de empoderamento comunitário.

Nesse contexto, as autoras analisam a experiência empírica junto ao Programa Mulheres da Paz, parte integrante de um programa maior, o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), coordenado pelo Ministério da Justiça, e que tem como público-alvo jovens de 15 a 24 que já estiveram em conflito com a lei e que possuíam especial vulnerabilidade. Relatam que o Programa Mulheres da Paz, após sofrer ajustes entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Política para Mulheres, aposta na valorização das mulheres enquanto agentes políticos de mudança social em suas realidades locais trazendo metas de “empoderamento” das próprias mulheres e de mudanças na sua percepção das relações de gênero. Assim, partindo do conceito de *governamentalidade* de Foucault, tal programa pode ser lido como parte das políticas públicas que propõem uma “reforma da subjetividade” a partir de projetos morais e políticos constituídos por discursos e práticas focadas no sujeito. Sob esta ótica, o governo estaria interessado não somente na coordenação dos atores que são alvo das políticas públicas, mas, sobretudo, em sua constituição enquanto sujeitos, articulando identidades, moralidades, discursos e interesses.

As autoras destacam, ainda, o papel do Banco Mundial nesta mudança de paradigma encampando uma nova “agenda de desenvolvimento” em que a relação com os países e desses com a sociedade civil norteiam-se por categorias como “participação” e “empoderamento”. Em outras palavras, o Banco Mundial na fase pós-Consenso de Washington passou a interessar-se pelo modo como os diferentes atores sociais incidem no chamado processo de desenvolvimento, creditando o fracasso de políticas sociais ao desconhecimento das realidades locais e das particularidades de seus atores. Nesse sentido, diferentes articulações entre organismos internacionais, governos e “sociedade civil” são estabelecidas na busca dos

mente no modelo de desenvolvimento da região.

ideiais de uma nova cidadania participativa e empoderada que favoreça o desenvolvimento.

Desta discussão, nos interessa pensar como a Comunidade do Morro da Cruz é afetada pelo novo paradigma de políticas públicas que focaliza a participação das mulheres como estratégia de transformação social. Nesse sentido, de um lado o campo é constituído pela Associação Comunitária do Morro da Cruz, presidida por uma mulher e ativamente coordenada por outras mais, e, de outro, pelo clube de reciclagem, localizado a poucos metros da associação, onde cerca de 40 mulheres participam semanalmente de atividades de artesanato para geração de renda. A comunidade situa-se em uma zona irregular da cidade de Porto Alegre, sem nunca ter passado por um completo processo de regularização fundiária. As primeiras famílias estabeleceram residência há cerca de 30 anos, ao longo dos quais resistiram a tentativas de despejo pelo Poder Público. Constituída, ainda, em uma zona considerada “de risco” pela Defesa Civil, grande parte das residências está sobre um “morro” sujeito a ceder diante de chuvas e intempéries. Nesse sentido, a comunidade do Morro da Cruz é vista como “vulnerável” por diferentes atores estatais e não-estatais, o que se verifica pela grande quantidade de programas governamentais e não-governamentais presentes na região.

Chama atenção o fato de que em minha primeira inserção no campo, quando visitei a associação de moradoras em uma chuvosa manhã de terça-feira, além das mulheres da comunidade estavam presentes: a integrante de uma ONG feminista que buscava realizar um curso de direitos humanos na comunidade; a integrante de uma ONG de direito à moradia que buscava implementar um projeto de médio prazo; a Defesa Civil que averiguava o estado das casas que haviam desmoronado no temporal; eu enquanto pesquisadora, buscando também implementar um projeto de empoderamento feminino; e, por fim, uma antropóloga doutoranda também atuante no campo e intermediadora de redes. Ou seja, faziam-se presentes múltiplos atores estatais e não-estatais que visualizavam na comunidade diferentes objetivos e propostas políticas e morais.

Na experiência junto ao Programa Mulheres da Paz, Sorj e Gomes relatam que as ONGs assumem o papel de “especialistas em capacitação”, contando-nos que para uma das informantes do campo o objetivo do curso seria “a mulher se reconhecer como pessoa participe da sua própria história e fazendo história”. Preservadas as particularidades de casa realidade, nossa breve experiência na comunidade do Morro da Cruz também aponta algo nesta direção quando a integrante de uma ONG feminista, em diálogo com a presidenta da

associação e outras mulheres, afirma que uma das estratégias utilizadas pela ONG para incentivar as mulheres a participar do curso quando estas eventualmente indagam “o que eu vou ganhar com isso” é justamente enfatizar o protagonismo de sua própria história: “vamos te dar conhecimento e depois tu faz com ele o que quiser, vai depender de ti”.

4.2 A participação política das mulheres para além do público e privado

Ao confrontar aquela que foi minha questão central ao longo da pesquisa, “afinal, participam da vida política as mulheres do Morro da Cruz?”, percebo que levei ao campo um modelo pré-concebido de “participação das mulheres” que em diversos momentos impediu-me de vislumbrar outras possibilidades que se apresentavam. Guiada por ideais feministas inspirados em conceitos de democracia e participação direta, e não sem a influência do Programa das Jovens Mulheres Líderes, sustentei um olhar que buscava uma participação política estabelecida na arena “pública” através dos meios institucionais estabelecidos no jogo democrático. Ao olhar a comunidade e suas dinâmicas com estas lentes, poderia concluir que poucas mulheres da comunidade estariam “empoderadas” dos instrumentos de participação instituídos pelo jogo democrático, como é o caso da presidenta da associação, que ocupa assento no Conselho de Assistência Social do Município e domina, a seu modo, estratégias para operar dentro da lógica burocrática. Sem dúvida, tal olhar desvalorizaria os esforços e vivências de uma grande coletividade de mulheres que experencia outras vivências.

Por outro lado, inúmeros foram os momentos que indicaram outros tipos de organização e participação política por parte das mulheres da comunidade, ao organizarem-se dentro de suas casas em grupos de artesanato e para geração de renda, que não deixam de ser, ao mesmo tempo, espaços potentes de sociabilidade de mulheres. No clube da reciclagem, repetidas vezes fui ouvinte de relatos acerca da saúde dos filhos, da perda de entes queridos, do bem estar delas próprias. O clube de reciclagem apresentou-se como um local de acolhida para mulheres que estão inseridas em contextos familiares relativamente tradicionais (companheiro, filhos, netos), possibilitando uma aparente na fuga da rotina, e a valorização e descoberta de novas habilidades como o artesanato

O clube de reciclagem de organiza-se em um anexo da casa de sua coordenadora, reunindo cerca de 30 mulheres todas as quartas-feiras. Dona Jacy, presidenta da associação, informa que no início de sua trajetória comunitária distribuía o Programa Fome Zero de sua residência, e que era lá que o Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Partenon

tinha sua sede. Ao mesmo tempo, todos sabem que Marli tem se organizado em sua casa e até mesmo montou um brechó. Existem diversos grupos de costura e artesanatos espalhados pela comunidade.

Eu conversava com uma moça sobre uma notícia que saiu no jornal. Era uma notícia sobre a reciclagem no Morro da Cruz, e trazia na capa uma moradora. A senhora falava, insatisfeita, que essa moradora aprendeu tudo no Morro, e que agora fez esse grupo de reciclagem sozinha. Que elas no Morro sempre foram unidas, e que agora estava assim. Perguntei o que houve, e a moça disse que essa moradora criou um novo grupo de reciclagem sozinha. Que não está certo, que todas querem aprender e trabalhar juntas. (Diário de Campo – 24\09\2014)

. Guita Debert (1986), ao refletir sobre as possibilidades trazidas pela utilização da história de vida e da história oral na pesquisa etnográfica como um meio para desconstruir hipóteses e refazer possibilidades, indica uma percepção similar na pesquisa então realizada sobre representações da velhice. Guardadas as evidentes diferenças dos campos e dos momentos históricos, acredito que a citação de Debert – coincidentemente ou não – se aplica aos resultados obtidos no Morro da Cruz:

Ou, então, ficou claro que não podemos fazer uma oposição radical entre esfera doméstica e esfera do trabalho, considerando a primeira como o universo do privado e a segunda como o espaço que garante a entrada dos indivíduos no mundo público, que teria como expressão mais alta a participação política. (DEBERT, 1986:145)

Nesse sentido, se a pesquisa realizada junto às DEAMs (SOARES et al, 1996) não pretende sugerir que as delegacias produzam a realidade da violência contra a mulher em uma profecia que se autocumpra, mas que parece ocorrer um diálogo entre um conjunto complexo, polissêmico e multifacetado de atores que muitas vezes acaba por reduzir a complexidade das relações a classificações simplistas, dicotômicas e empobrecedoras, em um jogo de “cartas marcadas” onde papéis de gênero são reforçados e fixados, podemos refletir também até que ponto a expectativa da AJUP de “superar a baixa participação” ou “empoderar” a comunidade partindo do princípio de que alguém estaria “desempoderado” não acaba por criar uma demanda que pretensamente busca identificar, dentro dos moldes de uma linguagem específica que produz estereótipos fixos do que seria “uma mulher empoderada”. Estudos apontam que as DEAMs e outras intervenções estatais atendem uma demanda que esperam encontrar, mas que de diversas formas também acabam por criá-la, utilizando em suas práticas

uma linguagem específica capaz de oferecer funções e identidades a personagens moralmente construídos. A pergunta que se coloca é se saberíamos lidar com a demanda se ela, simplesmente, não se desenvolvesse dentro das nossas expectativas. Se disporíamos de instrumentos para lidar com abordagens que fugissem à cartilha do empoderamento. Aplicando as reflexões ao campo, penso que minha expectativa por encontrar mulheres “desmobilizadas” ou mulheres “absolutamente mobilizadas” na vida comunitária invisibilizou a realidade que se apresentava para além da abordagem dicotômica. A potência política de mobilização do lar na comunidade do Morro da Cruz parece ser, em dados momentos, superior à das instituições representativas formais. As mulheres do Morro da Cruz possuem vida política e comunitária ativa para além da cartilha do empoderamento preconizada pela AJUP e pelos movimentos sociais, encontrando outras estratégias de organização próprias das vivências da comunidade.

4.3 Assessoria jurídica popular: afetar-se e permitir-se afetar

Ao longo da minha inserção na comunidade, muitas foram às vezes em que a ética de pesquisadora e a ética de assessora popular se confundiram. Seria possível assumir os dois papéis? Qual a abordagem metodológica mais compatível com a ética da AJUP? Seria a ética da AJUP compatível com uma perspectiva antropológica, ou aquela seria demasiadamente militante e intervencionista aos olhos desta? Nas tardes em que perambulei pelas ruas da comunidade distribuindo panfletos, colando cartazes, abordando pessoas na frente de suas casas e convidando-as para participar das oficinas, senti-me predominantemente assessora popular. Pergunto: como seria possível investigar a participação política das mulheres da comunidade quando eu própria sou um agente que intervém tão diretamente na comunidade chamando as mulheres à participação? Por outro lado, haveria investigação científica neutra em que a própria análise do investigador não interferiria de antemão na realidade estudada?

Por acreditar que toda investigação científica possui sua margem de interferência e que podemos ir além de paradigmas cartesianos de produção de conhecimento, entendo ser dever de todo investigador analisar sua própria implicação no campo. Desta perspectiva, compreendo que minhas análises de resultado estão profundamente imbricadas com minha atuação direta na comunidade. Ao longo do percurso investigativo, desenvolvi afetos, proximidades, vínculos e implicações. Quando se está em campo, almoçar ou não almoçar, dar um abraço ou dar um beijo, aceitar ou não aceitar um refrigerante, implica diretamente

nos canais de diálogo que se pode abrir e nas informações que se pode obter. Houve momentos, ainda, em que desejei não ser investigadora, em que desejei ser apenas sajuana. Em que desejei não fazer diário de campo e não estar preocupada com as análises que a pesquisa requeria. Houve ainda momentos em que não quis analisar as falas de minhas interlocutoras simplesmente por estar afetivamente abalada por elas. E o afeto, que é tão potente na prática sajuana, quando levado a campo, compromete a pesquisa? O que se pode extrair do afeto como potencialidade investigativa? Talvez essa seja uma pergunta para uma outra pesquisa. Por ora, reflito apenas que o que me levou a campo semanalmente não foi somente o dever de concluir uma monografia, mas o compromisso militante que desenvolvi nas práticas sajuanas. Nesta perspectiva, foi o afeto que me manteve em campo, ouvindo minhas interlocutoras com atenção e preocupada com o respeito às suas visões de mundo.

5 BIBLIOGRAFIA

ALFONSIN, Jacques Távora. Assessoria Jurídica Popular. *Breve apontamento sobre sua necessidade, limites e perspectivas*. Revista do SAJU, 1998

ALIMENA, Carla Marrone. A Tentativa do (Im)possível: Feminismos e Criminologias. Ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2010.

BECKER, Patrícia Vilanova. Assistência e Assessoria Jurídica Universitária em Direitos da Mulher e de Gênero: um novo fazer interdisciplinar. Revista do SAJU., v.06, 2011.

_____. Feminismos, teoria queer e o empoderamento: desafios teóricos e metodológicos. Revista do SAJU, v. 07, nº 1, 2011.

BILA, Sorj; GOMES, Carla. O gênero de uma “nova cidadania”: o programa mulheres da paz. Revista Sociologia&Antropologia | v.01.02: 147–164, UFRJ, 2011.

BONETTI, A. de L. “Novas configurações: direitos humanos das mulheres, feminismo e participação política entre mulheres de grupos populares porto-alegrenses.” In: Antropologia e Direitos Humanos. Regina Reyes Novaes & Roberto Kant de Lima (org.) Niterói, EdUFF, 2001.

BRASIL Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Novembro, 2013.

CAMPILONGO, Celso. Assistência jurídica e realidade social: apontamentos para uma tipologia dos serviços legais. In: CAMPILONGO, Celso; PRESSBURGER, Miguel. Discutindo a assessoria popular. Rio de Janeiro: apoio jurídico popular: FASE, 1991.

CARLSON , Ana Cristina Romera; GOULART, Marilu. Acolhimento: as interfaces do encontro. In: O psicólogo e as políticas públicas de assistência social. Org.: Lílían Rodrigues da Cruz e Neuza Guareschi. Ed.: Vozes, 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp. 1998.

COSTA. Ana Alice. Gênero, Poder e o Empoderamento das Mulheres. Disponível em <http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf> Acesso em 5 de dezembro de 2014.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando debates. Cadernos PAGU, 2002.

CUNHA, Eduardo Pazinato; MIOLA, Iagê Zendron. Interdisciplinaridade e assessoria jurídica popular universitária: limites e possibilidades para a construção de uma agenda de extensão popular em direito. In: CAPTURA CRÍPTICA: direito, política e atualidade. Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009.

DEBERT, Guita G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: Ruth C. L. Cardoso (org). *Aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986.

DIAS, Lúcia Regina Rudit. *A assessoria jurídica em direitos de gênero como uma estética da amizade*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DINIZ, Debora. “Antropologia e os limites dos direitos humanos: o dilema moral de Tashi” In: *Antropologia e Direitos Humanos*. Regina Reyes Novaes & Roberto Kant de Lima (org.) Niterói, EdUFF, 2001.

_____. *Valores universais e direitos culturais*. In.: *Direitos Humanos: temas e perspectivas* / Regina Novaes (org.) – Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

FACIO Montejó, A., *Cuando el género suena cambios trae: una metodología para el análisis de género del fenómeno legal*. San José, C.R.: ILANUD, 1992.

FONSECA, Cláudia. “Classe e a recusa etnográfica”. In *Etnografias da participação* (org. por Cláudia Fonseca, Jurema Brites). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GREGORI, Maria Filomena, *Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/ANPOCS, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. *Gênero e violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

HARAWAY, Donna. “Gender” for a Marxist Dictionary: the Sexual Politics of a Word. 1991. Tradução in *Cadernos Pagu* (22) 2004, p.229

KANT DE LIMA, Roberto. *Ensaio de Antropologia e de Direito*. Acesso a justiça e processos institucionais de administração de conflitos da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. 2. Ed.

KROTZ, Esteban. *Sociedades, conflictos, cultura y derecho desde una perspectiva antropológica*. In.: *Antropologia Jurídica: perspectivas socioculturales en el estudio del derecho* \ edicion de Esteban Kroatz, Mexico: Universidad Autonoma Metropolitana – Iztapalapa, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. *Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação*. Revista Estudos Feministas 2001/2.

LUZ, Vladimir de Carvalho. "O Saju e sua Paidéia", Revista do SAJU-UFRGS, vol.02, n.º 01, Porto Alegre, 1999.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; MAIA, Christianny Diógenes. Assessoria Jurídica Popular: Experiência Cearense. Revista Estudos Jurídicos. NEJ – Vol. 14 - N.2 - p.196-216 / 2º Quadrimestre 2009.

MALINOWSKI, B. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; 1975. p. 39-63.

MELO, H. P. de; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 13(1): 135-158, jan./abr. 2009.

MUNIZ, Jacqueline. Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre negociação de conflitos nas DEAMs/RJ. In: SOARES, Luis Eduardo (Org.). Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, pp.125-164, 1996.

NADER, Laura. Num espelho de mulher: cegueira normativa e questões de direitos humanos não resolvidas. In.: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 61 – 82, maio de 1999.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, set./dez. 2006.

OLIVEIRA, Renata Ghisleni. Assistência-Assessoria Jurídica Universitária em Direitos da Mulher: (Trans)Formações Possíveis. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PINTO, Nalayme Mendonça. Antropologia Jurídica: reflexões sobre o ensino de antropologia nos cursos de graduação em Direito. In.: Sensibilidades jurídicas e sentidos de justiça na contemporaneidade: interlocução entre antropologia e direito \ Katia Sento Sé Mello, Fabio Reis Mota e Jacqueline Sinhoretto (org.) - Niteroi: Editora da UFF, 2013.

PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer - Notas para uma política dos “anormais”. Revista Estudos Feministas, vol.19, 2011, pp. 11-20.

_____ Entrevista por Jesús Carrillo. Revista Poiésis, nº15, p. 47-71, Jul. de 2010

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. Revista Nueva Antropología, noviembre, año/vol. VIII, nº 030. 1986, p. 95

SARDENBERG, Cecília M.B. “Conceituando ‘Empoderamento’ na Perspectiva Feminista” I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006

SERRANO, Rossana. Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire. Disponível em:

http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf Acesso em 05 de dezembro de 2014.

SOARES, Luis Eduardo et al..Violência contra a mulher: as DEAMs e os pactos domésticos. In: SOARES, Luis Eduardo. (Org.). Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, pp.65-105, 1996.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da “nova cidadania”: o programa Mulheres da Paz. Revista sociologia&antropologia | v.01.02: 147–164, 2011.

TITTONI, Jaqueline et al. A Assessoria Jurídica Universitária em Direitos de Gênero e a produção de espaços (inter)disciplinares: experiências híbridas entre direito, psicologia e ciências sociais. Revista do SAJU, v. 07, nº 1, 2011.

VEENA, Das; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. Cuadernos de Antropología Social Nº 27, pp. 19-22, 2008.